

Destaque



Veículo Informativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Ano III n. 24 junho 2004



**Turmas Suplementares
completam três anos de
muita produtividade!**

Novos dirigentes nas seccionais e subseções

Confira os nomes dos novos diretores de foro e dos coordenadores das subseções:



Diretores

Acre – Juiz Federal Rafael Paulo Soares Pinto

Amapá – Juiz Federal José Magno Linhares Moraes

Amazonas – Juíza Federal Maria Lúcia Gomes de Souza

Bahia – Juíza Federal Mônica Neves Aguiar da Silva Castro

Distrito Federal – Juíza Federal Isa Tânia Cantão Barão Pessoa da Costa

Goiás – Juiz Federal Leão Aparecido Alves

Maranhão – Juíza Federal Clemência Maria Almada Lima de Ângelo

Mato Grosso – Juiz Federal Julier Sebastião da Silva

Minas Gerais – Juiz Federal Renato Martins Prates

Pará – Juiz Federal Sílvio Coimbra Mourthè

Piauí – Juiz Federal Clodomir Sebastião Reis

Rondônia – Juiz Federal Murilo Fernandes de Almeida

Roraima – Juiz Federal Grigório Carlos dos Santos

Tocantins – Juiz Federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz



Coordenadores

Tabatinga/AM – Juíza Federal Substituta Fabíola Bernardi (*in memoriam*)

Ilhéus/BA – Juiz Federal Pedro Alberto Pereira de Mello Calmon Holliday

Imperatriz/MA – Juiz Federal Substituto Mauro Rezende de Azevedo

Juiz de Fora/MG – Juiz Federal Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves

Uberaba/MG – Juiz Federal Carlos Augusto Tórres Nobre

Uberlândia/MG – Juiz Federal Alexandre Jorge F. Laranjeira

Marabá/PA – Juiz Federal Substituto Francisco de Assis Garcês Castro Júnior

Santarém/PA – Juiz Federal Nelson Loureiro dos Santos



Novidades no Tribunal

Criadas em caráter provisório, as Turmas Suplementares do TRF-1ª Região completaram três anos no dia 25 de maio. Não somente por essa razão, mas também pelo grande êxito que esses órgãos vêm obtendo no desempenho de suas atividades, poderão ser conferidos, na matéria de capa, os detalhes de sua atuação junto ao Tribunal, participando o leitor como convidado especial da festa que comemorou o terceiro aniversário.

Na entrevista deste mês, você saberá quais são as propostas e metas do novo presidente da Ajufer, Juiz Jorge Maurique. Acompanhará também a atuação dos Juizados Especiais Federais itinerantes na cidade de Diamantino e ficará por dentro do cálculo atuarial, tema discutido na última reunião do conselho deliberativo do Pro-Social. Em homenagem ao romantismo celebrado no dia dos namorados, a revista Destaque conta na matéria “o amor está no ar” um pouco da história dos casais de servidores que se conheceram no Tribunal; alguns estão casados há anos. Uma boa leitura e até a próxima edição.

Os editores
destaque@trf1.gov.br

PRESIDENTE

Aloisio Palmeira Lima

VICE-PRESIDENTE

Mário César Ribeiro

CORREGEDOR-GERAL

Assuete Magalhães

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Plauto Ribeiro

Tourinho Neto

Catão Alves

Jirair Aram Meguerian

Carlos Fernando Mathias

Olindo Menezes

Luciano Tolentino Amaral

Cândido Ribeiro

Hilton Queiroz

Carlos Eduardo Moreira Alves

Ítalo Mendes

Carlos Olavo

Amílcar Machado

Antônio Ezequiel

Daniel Paes Ribeiro

Luiz Gonzaga Barbosa Moreira

João Batista Gomes Moreira

Antônio Souza Prudente

Selene Maria de Almeida

Sebastião Fagundes de Deus

Antônio Sávio de Oliveira Chaves

Maria Isabel Diniz Gallotti

Rodrigues

Maria do Carmo Cardoso

Leomar Barros Amorim de Sousa

DIRETOR-GERAL

Alcides Diniz da Silva

SECRETÁRIO-GERAL

Paulo Cardoso de Oliveira

ASSESSORA DE

COMUNICAÇÃO

Etiene Gomes de Carvalho

(4165/014/003/DF)

EDITORES

Etiene Gomes e Lucimar de Melo

REDATORES

Etiene Gomes, Ivani Moraes,

Juliana Freire, Lucimar de Melo, Marcela

Correia, Márcia Barroso, Marília Maciel,

Rafael Braga e Samantha Salomão

ESTAGIÁRIOS REDATORES

Bárbara Nogueira, Camila Santana,

Juliana Corrêa e Raquel Melcio

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO

GRÁFICO

Jordânia J. Alves

FOTOS

Luiz Carlos Xavier, Carlos Rodrigues,

Magnaldo Timo, Luiz Augusto Cals,

Saulo Cruz, Vandenev Machado e Bruno

Almeida

ILUSTRAÇÃO

Saulo Cruz

PADRONIZAÇÃO e EDIÇÃO

Assessoria de Comunicação Social-Ascom

DISTRIBUIÇÃO

José Miguel Pereira dos Reis

FOTOLITOS

Color Press Bureau

IMPRESSÃO

Gráfica do TRF-1ª Região

TIRAGEM

2.500 exemplares

Assessoria de Comunicação Social

Praça dos Tribunais Superiores -

SAS - Quadra 02 - Bloco A -

Edifício-Sede - sala 03.

CEP: 70095-900

Fones: (0xx61) 314-5371/79

Telefax: (0xx61) 226-4985

E-mail: ascom@trf1.gov.br/

destaque@trf1.gov.br/

radio@trf1.gov.br/

tv@trf1.gov.br

PCTT 066.02.002-C

20



Justiça Federal facilita a vida do mutuário na realização do sonho da casa própria

8



Tribunal realiza primeiro encontro de dirigentes de informática

18



Campanha "Mãe Solidária" realizada pelo Tribunal leva alegria a crianças de creches

27



Psicóloga do Tribunal fala sobre alcoolismo



À JUÍZA FABÍOLA BERNARDI

Aos quatorze de maio de 2004, um trágico acidente aéreo ceifou a vida de Fabíola Bernardi, jovem juíza federal que estava desempenhando com brilhantismo a atividade jurisdicional na distante Tabatinga/AM.

Fabíola, empossada em 2001, escolheu exercer a magistratura em Tabatinga movida pelo ideal de atuar próxima dos mais necessitados, afastada das luzes e facilidades das grandes metrópoles.

Sua morte foi uma comoção que marcou de forma indelével os integrantes da Justiça Federal da 1ª Região e privou-nos da companhia de alguém que a todos contagiava com sua alegria e abnegação.

Hoje, transcorridos mais de trinta dias, embora os sentimentos insistam em não ceder lugar à frieza do raciocínio, é possível aquilatar a importância de tão curta passagem, visto que, ao partir, contava apenas trinta e um anos de profícua existência, uma vida repleta de significação e grandeza. Sua morte precoce, esta sempre injustificada, não impediu que, apesar da dor, testemunhássemos exemplos que, certamente, teriam frutificado ainda mais, se mais vida lhe fosse acrescentada.

O falecimento de alguém querido impõe o vazio da ausência física, contudo os exemplos legados, a alegria de viver e o elevado desejo de servir ao próximo demonstrados na curta permanência em nosso meio pela magistrada falecida continuarão vivos e em muito auxiliarão os colegas, servidores, familiares e amigos a continuar a jornada, conscientes de quão efêmera é a caminhada terrena.

Desembargador Federal Aloísio Palmeira

Presidente do TRF-1ª Região

Justiça Federal de Tocantins comemora 12 anos de história

A Seção Judiciária de Tocantins completou, no último mês de maio, 12 anos de instalação. Em comemoração, foi realizada uma sessão solene presidida pela Corregedora-Geral da Justiça Federal da 1ª Região, Assusete Magalhães, representando a Presidência da Corte, e pelo Diretor do Foro, Juiz Federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz.

A cerimônia foi marcada pela entrega dos prêmios de incentivos funcionais aos

servidores da Seção Judiciária que se destacaram no ano de 2003. Eles foram contemplados com troféu, botões de lapela e diplomas nas categorias Destaque Institucional – Equipe; Homenagem por tempo de Serviço – 10 anos; e Honra ao Mérito.

O Diretor do Foro, Juiz Federal Marcelo Velasco, destacou a trajetória da Seccional desde que foi instalada. Ele falou do resultado dos trabalhos realizados

nesses 12 anos, atestando que a Justiça Federal encampou os ideais de consolidação e progresso do novo Estado. “Feitos envolvendo urgentes interesses sociais foram processados e julgados, contribuindo, entre outras coisas, para a implementação da reforma agrária, a correção do FGTS dos trabalhadores e a concessão de benefícios previdenciários e assistenciais indevidamente negados na esfera administrativa”, afirmou.

Jornada Jurídica

Como parte das comemorações, além da premiação de incentivos funcionais, a Seção Judiciária realizou a IV Jornada Jurídica, quando especialistas expuseram temas relevantes da atualidade. Foram dois dias de debates num evento que reuniu cerca de 220 pessoas entre estudantes de direito, advogados que atuam em Tocantins, profissionais de áreas afins e servidores da Justiça Federal. As jornadas jurídicas já são tradicionais no Estado. Elas acontecem desde o ano de 2001 e já fazem parte das comemorações de aniversário no calendário oficial da Seção Judiciária. Para o Diretor do Foro, Marcelo Velasco, o evento é uma contribuição

da Justiça Federal para a comunidade jurídica do Estado e para a sociedade como um todo, uma vez que oferece palestras ministradas por autoridades e especialistas altamente gabaritados que tratam de temas atuais e de relevante interesse.

A Desembargadora Federal Assusete Magalhães foi uma das palestrantes e falou sobre Reforma Constitucional da Previdência. O Desembargador Federal João Batista Gomes Moreira também deu sua contribuição ao evento ministrando palestra sobre o tema “Flexibilização da Coisa Julgada”. Outros especialistas também participaram da jornada de discussões, entre os quais, o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Castro Meira, que abordou o tema Deontologia Judiciária; e a Subprocuradora-Geral da República, Maria Eliane Menezes de Faria, que encerrou o ciclo de debates falando sobre “Ações Afirmativas e a Construção da Igualdade”.



Palestrantes e autoridades durante a execução do Hino Nacional

Determinação e trabalho

Por Lucimar de Melo

O presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), juiz federal Jorge Antônio Maurique, eleito no dia 1º de abril, tomou posse em 1º de junho para um mandato de dois anos.

Natural do Rio Grande do Sul, Jorge Maurique é magistrado há 16 anos e integra a Justiça Federal desde 1993. É titular da Vara de Execuções Fiscais de Florianópolis (SC) e vice-diretor do Foro dessa Seção. Faz mestrado em Direito Constitucional e dá aulas em cursos de especialização.

Passou a integrar a diretoria da Ajufe em 2002, inicialmente como vice-presidente e depois como secretário-geral nas gestões do Juiz Federal Flávio Dino e do Juiz Federal Paulo Sérgio Domingues, tendo sido também presidente do Instituto dos Juizes Federais de Santa Catarina.

O Presidente nos fala sobre reforma do Judiciário e sobre os Juizados Federais, faz comentários sobre os concursos para magistrados e dá uma dica de como procederem diante das críticas da Imprensa, enquanto lidam com grande volume de trabalho.



Jorge Antônio Maurique – Presidente da Ajufe

Como pretende dar início aos trabalhos frente à Presidência da Associação de Juizes Federais?

Considero o trabalho na Presidência da Ajufe como uma continuação, com muita renovação de membros, dos trabalhos anteriores que a Ajufe já desenvolvia. Mas, embora haja uma linha política de continuidade, que foi amplamente referendada nas urnas, ainda tenho que tomar conhecimento dos projetos já em andamento, das comissões que a Ajufe tem internamente e das várias comissões em que participa. Então, o início dos trabalhos frente à Presidência ocorrerá com o conhecimento da situação atual da Ajufe e de sua articulação política na aprovação de projetos de interesse da magistratura federal, para, a partir daí, impulsionar novos projetos.

A Ajufe decidiu em assembléia ser favorável à criação do Conselho Nacional de Justiça. Que benefício tal conselho traria para a prestação jurisdicional?

É importante lembrar que o apoio da Ajufe à criação do Conselho Nacional de Justiça decorre de posição tomada pelos associados em assembléia geral. O benefício que trará tal conselho para a prestação jurisdicional é a possibilidade de estabelecerem-se planejamentos estratégicos adminis-

trativos e financeiros, de forma que as experiências positivas na prestação jurisdicional possam se reproduzir; e as negativas, serem evitadas. Outrossim, propiciará um planejamento nacional, envolvendo as várias Justiças e superando as autonomias localizadas. Com isso, haverá um melhor planejamento para identificar as carências da Justiça e soluções mais planejadas, propiciando uma melhor prestação jurisdicional.

Qual o principal motivo para a Associação ser contra a súmula vinculante?

Na realidade, a súmula vinculante não resolve o problema da morosidade da Justiça. O principal problema da morosidade é a pouca efetividade que o sistema reserva ao julgamento do juiz de 1º grau, pois a grande maioria dos casos julgados, principalmente no âmbito da Justiça Federal, é objeto de recurso às instâncias superiores, além do fato de que, quando o vencido é o Poder Executivo, sempre há recursos, que quase sempre chegam aos Tribunais Superiores. Outrossim, com a súmula vinculante há uma concentração do poder decisório nas cúpulas do Poder Judiciário, engessando o poder dos juizes de 1º Grau de interpretar o Direito. Preferimos a súmula impeditiva de recursos, para que, em casos idênticos aos já julgados e pacificados pelas instâncias

superiores, não haja a possibilidade recursal.

Qual o passo primordial para uma verdadeira reforma do Judiciário? Por quê?

Primeiro, alterações legislativas que acabem com a verdadeira licenciosidade do excesso de recursos, que valorizem a decisão do juiz de 1º grau, que acabem com o reexame necessário e o sistema de precatórios, permitindo efetuar-se o pagamento imediato do credor que seja vencedor da ação. Por outro lado, precisamos de mudanças administrativas e comportamentais, evitando que apenas ao Poder Judiciário fique atribuído o encargo da litigiosidade desnecessária e protelatória. No terreno das mudanças administrativas e comportamentais, é imperativo que o Poder Público e as grandes empresas privadas deixem de usar o Judiciário como instrumento de rolagem de suas dívidas. Essa conduta deve ser repudiada e duramente penalizada, como uma estratégia imprescindível para que a Justiça brasileira funcione mais rapidamente. É essencial que se ponha fim a essas práticas, inclusive simplificando radicalmente o sistema recursal, impondo ônus a quem recorre apenas para protelar, e não para pagar; seja devedor público ou privado. O abuso do direito de recorrer é inconstitucional e imoral e, como tal, deve ser duramente censurado.

Que vantagem pode ter um magistrado associando-se a uma instituição como a Ajufe?

A Ajufe tem-se mostrado ao longo dos tempos uma importante interlocutora da sociedade civil, não só nas questões que dizem respeito à Justiça Federal, mas em todas as questões que tenham por objeto a discussão da cidadania. Outrossim, ela é a grande associação corporativa dos magistrados federais de todas as instâncias, à qual compete a condução, no plano nacional, da defesa dos direitos e prerrogativas da categoria. Assim, ao associar-se à Ajufe, o magistrado federal tem a oportunidade de discussão, e sua opinião é levada em consideração no desenvolvimento da luta em defesa da magistratura federal. Esse é o grande benefício de associar-se à Ajufe, ou seja, poder influir nos rumos que tomará a magistratura federal. A Ajufe propõe, sempre que necessário, ações judiciais e requerimentos administrativos em benefício de seus associados, e somente eles é que se beneficiam desse resultado. Por fim, a Ajufe tem realizado uma série de encontros temáticos e de confraternização, dos quais somente podem participar seus associados, sem falar no grande número de convênios que temos nas mais diversas áreas.

A Associação dos Juizes Federais da Primeira Região (Ajufer) foi criada em 1997. Como vê a importância de sua atuação, mesmo existindo uma associação nacional?

A Ajufer atua em campo próprio, que é o interesse localizado dos juizes da 1ª Região associados, enquanto a Ajufe atua nacionalmente. Essa é uma atuação importante, como também é importante a atuação das associações estaduais de magistrados federais, como a Associação dos Juizes Federais de Minas Gerais (Ajufemg), já que atende interesses localizados que nem sempre a Ajufe pode atender.

Considera a aplicação de provas para magistrados adequada ao fim a que se propõe ou deveria haver alterações na maneira de avaliar candidatos a juizes?

Uma das questões mais complexas da magistratura envolve os critérios para a seleção de ingresso à carreira. Penso que os concursos são muito difíceis, que requerem uma extensa gama de conhecimentos e que são verdadeiros “calvários” para os magistrados.

Talvez os concursos pudessem ser realizados em prazos menores, com menos questões teóricas e possibilitando-se, depois de uma primeira ou segunda fase, a realização de cursos preparatórios, quando os candidatos seriam definitivamente avaliados ao término de um estágio, como é adotado para o concurso de ingresso para Juiz de Direito do Estado do Rio Grande do Sul. Nesse concurso, a avaliação se faz não apenas através de provas teóricas, mas também após um período de estágio prático, em que o candidato realiza audiências, atende partes e aí se verifica a aptidão ou não para o cargo, pois a maneira como realiza as audiências, a maneira com que se relaciona com as partes e advogados também é avaliada. Mas é matéria em aberto, e não tenho uma posição fechada sobre o assunto.

Os Juizados Federais itinerantes têm levado cidadania a regiões longínquas do País. O que acha do trabalho que vem sendo desenvolvido nesse sentido?

Sempre fui um entusiasta dos Juizados Especiais Federais. E me emociono com o trabalho que é realizado através dos Juizados Federais itinerantes. Acho um trabalho muito bonito, de extrema dedicação, e quero prestar uma homenagem aos juizes que realizam esse trabalho. No entanto, penso que podemos melhorar ainda mais os itinerantes, ajudando a desenvolver estruturas preparatórias nas comunidades onde se realizarão os itinerantes, de modo que se tenham condições razoáveis para a realização dos trabalhos forenses. Mas os itinerantes são, acima de tudo, resgate da cidadania e como tal devem ser compreendidos e homenageados. Acho que os Juizados Especiais Federais significam uma nova Justiça; e os itinerantes, a sua mais avançada realização.

Como vê a virtualização de processos tanto para o Judiciário quanto para o jurisdicionado?

Na presidência do Juiz Flávio Dino, a Ajufe propôs e foi aprovado na Câmara dos Deputados um projeto de lei de informatização do processo. Resta o Senado Federal, onde estamos fazendo contatos visando à aprovação, ressaltando que já temos o apoio do Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para esse projeto. Isso decorreu da percepção que a Ajufe sempre teve e continua tendo, de que a informatização é arma eficiente para o com-

bate da morosidade, trazendo um grande avanço para o Judiciário, tanto pela agilidade como pelo que gera de economia, e também para o jurisdicionado, que obterá a decisão em menor tempo e por menor custo.

A Ajufe tem algum projeto com relação à segurança de magistrados e de serventuários da Justiça?

Temos algumas propostas em discussão, como a criação do Cadastro Nacional de Juizes Ameaçados, que pode ser ampliado para incluir também funcionários, embora não tenhamos notícias de funcionários ameaçados. Tentamos, durante a discussão da Lei do Desarmamento, assegurar a possibilidade de porte de arma aos agentes de segurança, mas não obtivemos sucesso. Também tentamos acompanhar alterações legislativas que agravam as penas quando os crimes são praticados contra juizes ou agentes da segurança pública e que agravam o sistema de cumprimento da pena nesses casos. Mas precisamos avançar nessa questão, pois temos vários juizes que estão sob proteção policial em função de sua atuação no combate ao crime.

O que diria aos magistrados federais do Brasil sobre a convivência com as críticas da mídia, enquanto se realiza tanto trabalho?

O Poder Judiciário é muitas vezes incompreendido, outras vezes se comunica mal. Por isso, recebemos críticas, muitas delas injustas, atribuindo-nos todos os males pela morosidade da Justiça, quando, no mais das vezes, a culpa não é do Judiciário ou dos juizes, mas sim do próprio sistema legal. O que eu digo é que precisamos aprender a receber as críticas, respondê-las – com elegância e firmeza – e nos esforçar cada vez mais para esclarecer a população sobre o nosso trabalho e combater as causas da morosidade.

Há algo que considera um desafio a vencer durante a gestão como Presidente da Associação?

Primeiro, a própria gestão da Ajufe já é um desafio. Mas precisamos conduzir a Ajufe, pelos próximos dois anos, com firmeza e destemor, assegurando o respeito às garantias e prerrogativas dos magistrados, continuar ocupando os espaços de discussão que nos foram abertos pelas gestões anteriores e manter, ampliando sempre que possível, a constante interlocução com a sociedade civil.





Encontro de dirigentes da área de Informática dos TRFs

Integração e troca de experiências ligadas à área de informática; esses foram alguns dos objetivos do Primeiro Encontro de Dirigentes de Informática dos Tribunais Regionais Federais, que ocorreu no dia 18 de maio, no salão nobre do TRF-1ª Região.

Entre as oito da manhã e as seis da noite, os dirigentes presenciaram palestra do Coordenador Técnico do Superior Tribunal de Justiça, Pedro Paulo Lemos Machado, sobre o sistema de administração judicial *e-Jud*. Esse sistema é um projeto

macrocoordenado pelo STJ – Supremo Tribunal Federal – e pelo Ministério da Justiça e tem como finalidade a integração e a modernização da Justiça.

Durante a reunião foi discutida a padronização do sistema de informática dos Tribunais, medida que tem como objetivo a redução de custos para os órgãos. Temas como *software* livre, certificação digital, tecnologias adotadas no âmbito da Justiça Federal e tendências e políticas da nova administração do CJF também foram abordados.

Houve ainda um debate sobre a disponibilização do sistema de recursos humanos da 1ª Região para os demais TRFs. Foi sugerida a realização de um *workshop* do Judiciário para a apresentação das melhores soluções voltadas para esse Poder, além de proposta a criação de uma estrutura do quadro de pessoal para as áreas de informática.

O Conselho da Justiça Federal promoveu o encontro, que foi aberto pelo Diretor-Geral do TRF-1ª Região, Alcides Diniz, e teve a presença do Secretário-Geral do Conselho, Ney Natal, além da dos diretores das Secretarias de Informática de todos os TRFs e do CJF.



Profissionais do CJF e dos cinco TRFs trocam experiências

Concluído relatório de Cálculo atuarial que reavaliou o Pro-Social

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) concluiu cálculo atuarial que reavaliou, em médio e longo prazos, o equacionamento do Pro-Social e que permitirá modificar o sistema de contribuição atualmente adotado.

A FGV fez análises estatísticas e projeções baseadas em dados do programa de 2002 em diante. Na estatística está computada a receita arrecadada com recursos próprios do Pro-Social e a probabilidade de receita destinada pela União ao programa. Com base nessas projeções, foi possível elaborar sugestões de mudanças, inclusive, na forma de contribuição.

A FGV também avaliou a possibilidade de inserção no plano de dependentes (filhos) maiores de 24 anos e dos pais, tanto do titular como do cônjuge, no caso, com contribuições e carências semelhantes às adotadas nos planos privados, contudo com a cobertura oferecida pelo Pro-Social. Essas alternativas ainda serão estudadas e detalhadas para avaliar se as mudanças são realmente possíveis e se serão eficazes no âmbito do TRF e da Justiça Federal da Primeira Região. Só depois, as propostas de alteração do regulamento geral serão apreciadas pelo Conselho Deliberativo do programa.

Ajufer homenageia o Presidente



No último dia 02 de junho, o Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Aloísio Palmeira, foi homenageado com um jantar oferecido pela Associação dos Juízes Federais da 1ª Região (Ajufer), em razão de sua posse.

Durante o evento ocorrido no Espaço Renata La Porta, autoridades do meio jurídico compareceram para prestigiar o magistrado. O Presidente da Associação Brasileira dos Advogados Militantes na Justiça Federal, Hezir Espíndola Gomes Moreira, em breve discurso, parabenizou o Presidente Aloísio Palmeira pela sua humildade e seriedade e concluiu: “Não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos tratar-se com consideração e respeito recíprocos”.

Autoridades parabenizam o Presidente pela posse

Presidente participa de sessão do CJF em São Paulo

O Presidente Aloísio Palmeira teve, em 14 de maio, sua primeira participação no Conselho da Justiça Federal como membro efetivo do Colegiado. A sessão aconteceu no TRF da 3ª Região, em São Paulo. Na oportunidade, o Presidente do CJF, Ministro Edson Vidigal, deu as boas-vindas ao Presidente Aloísio Palmeira, desejando-lhe sucesso no exercício das novas funções.

Durante a sessão foi aprovada a proposta sobre a regularização das divisões de tarefas entre juízes federais titulares e substitutos que atuam na mesma vara. A proposta prevê a unificação de procedimentos para que todos os TRFs distribuam os processos de forma direta aos juízes federais e aos juízes federais substitutos, conforme ocorre na 4ª Região. O Presidente Aloísio Palmeira informou que na 1ª Região a distribuição já é automática e sem critério pessoal, mas afirmou que a unificação de procedimento será útil, pois evitará qualquer tipo de desvio.

Ao final da sessão, a Presidenta do TRF da 3ª Região propôs que todos trabalhassem no sentido de antecipar a implantação das varas criadas pela lei 10.772/2003. O Presidente Aloísio Palmeira informou que, por se tratar de orçamento, o TRF da 1ª



Conselho da Justiça Federal em reunião

Região conseguiu introduzir uma emenda na Lei de Diretrizes Orçamentárias a fim de antecipar a implantação das varas em pelo menos um ano. Em vez de concluir-se a implantação em 2008, como previsto em lei, as varas seriam implantadas até 2007.



Realizado JEF itinerante em Diamantino



A Primeira Região continua levando cidadania aos moradores de regiões distantes ou de difícil acesso. São os Juizados Federais itinerantes interiorizando cada vez mais a Justiça Federal.

Depois de voarem por duas horas até Cuiabá, em Mato Grosso, e de viajarem mais quatro horas por meio rodoviário, o Presidente Aloísio Palmeira Lima e o Coordenador dos JEFs da 1ª Região, I'talo Mendes, estiveram em Diamantino/MT, ao lado de diversas autoridades, para a abertura do itinerante realizado de 22 a 28 de

maio.

O início do evento, na noite do dia 21, foi marcado pelo seminário “Juizado Especial: Novas Perspectivas”. O Ministro do STF Gilmar Mendes falou sobre as origens e perspectivas dos Juizados Federais. Em seguida, o Ministro Ari Pargendler, Coordenador da Justiça Federal, dividiu com os presentes a sua experiência na Turma Nacional de Uniformização. Uma Nova Perspectiva de Justiça foi o tema com o qual o Desembargador Federal I'talo Mendes encerrou as palestras.

O seminário, que teve a coordenação do Procurador-Chefe da República em Mato Grosso, José Pedro Taques, aconteceu no auditório da União Superior de Ensino de Diamantino (Uned).

Também estiveram na solenidade de abertura o Diretor do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso, Julier Sebastião da Silva; o Coordenador do Juizado Especial Federal itinerante em Mato Grosso, Warney Paulo Nery Araújo; o Presidente do Tribunal de Justiça/MT, José Ferreira Leite; o Diretor do Foro da comarca de Diamantino, João Alberto Menna Duarte; o Prefeito da Cidade, Francisco Ferreira Mendes Júnior; o Presidente da Câmara Municipal, Sérgio Luiz Gaino; o Presidente da Subseção da OAB em Diamantino, Rodolfo de Oliveira; o Diretor-Geral da Uned, Eduardo Mendes.

O terceiro Juizado Federal realizado no estado atendeu a 950 pessoas da cidade e de 12 assentamentos vizinhos, tendo sido realizadas 704 atermações e concedidas 11 tutelas. Isso, com a participação de onze servidores (sete atermadores e quatro para apoio administrativo) e do Juiz Federal Substituto Warney Araújo.

A fase de atermação serve para documentar os pedidos dos interessados e para estes apresentarem a documentação necessária ao ingresso da ação. As audiências foram realizadas de 21 a 25 de junho.



Acima, solenidade de abertura do evento. Ao lado, moradores da cidade e do entorno sendo atendidos na Prefeitura Municipal. Autoridades presenciaram a abertura dos trabalhos



Inauguração do Fórum de Diamantino em Mato Grosso



Presidente ao lado dos Ministros Ari Pargendler, Gilmar Mendes e de frente para o Presidente do TJMT, José Leite, no momento da inauguração



Antes da abertura do JEF itinerante, o Presidente Aloísio Palmeira e o Desembargador Federal Ítalo Mendes participaram da solenidade de lançamento das obras da nova sede do Fórum da comarca de Diamantino/MT. Eles foram recebidos, ao som da Banda Municipal, pelo Presidente do TJMT, José Ferreira Leite, juntamente com os

Ministros Gilmar Mendes, do STF, e Ari Pargendler, do STJ.

A presença dos dois membros do TRF da Primeira Região foi registrada em uma das placas inaugurais, das duas existentes.

Diversas autoridades estiveram presentes, entre magistrados, membros do Ministério Público, delegados e políticos. Grande parte deles encaminharam-se à abertura do Juizado Federal itinerante na Uned, ao término da solenidade. O encerramento deu-se após a assinatura da Escritura de Doação do terreno, acompanhado por Manoela de Almeida, oficiala do primeiro serviço notarial e registro de imóveis e títulos da Comarca de Diamantino.

A cidade

A 199km de Cuiabá e a médio norte do Estado de Mato Grosso, está Diamantino, abrigando aproximadamente 22 mil habitantes. A localização é privilegiada; fica na Chapada dos Parecis, acidente geográfico que divide as águas das Bacias Amazônica e Platina.

Fundada há quase 200 anos pela lei 1.811, de 24 de outubro de 1.818, a cidade conserva casarões antigos do período colonial, com traços do estilo barroco. De cultura diversificada, Diamantino possui danças típicas, culinária própria, bebidas tradicionais – feitas à base de frutas –, iguarias e manifestações poéticas. Nela prevalecem símbolos folclóricos.



Outros JEFs

Outros juizados federais itinerantes foram realizados, em outras cidades, em maio e junho.



Juizados Especiais Federais
A Justiça de todos

Foram feitas audiências nas cidades mineiras de Barbacena e Varginha. As cidades que realizaram a fase de atermação foram: Cruzeiro do Sul/AC, Vitória da Conquista/BA, Jequié/BA, Jacobina/BA, São João/BA, Caem/BA, Saúde/BA, Pindobaçu/BA, Janaúba/MG, Porteirinha/MG, Ipatinga/MG, Poços de Caldas/MG, Barbacena/MG, Varginha/MG, Pacaraima/RR e Rorainópolis/RR.



Gestão de Pessoas por Competências

O Conselho da Justiça Federal está implementando o Programa de Gestão de Pessoas por Competências, previsto, inicialmente, para os órgãos que compõem o projeto piloto, ou seja, CJF, TRF-1ª Região e Seção Judiciária do Distrito Federal. A idéia é que, ao final do projeto, seja alcançada toda a Justiça Federal.

O Programa tem como objetivo o direcionamento das ações de capacitação dos recursos humanos e, com isso, a con-

solidação das competências das pessoas, desenvolvendo-as, ainda mais, para alcançar os objetivos estratégicos da organização. Segundo o Diretor da Divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (Direh), José Carlos Viana, o programa iniciou-se com os cargos gerenciais e alcançará os cargos técnicos da Justiça Federal. Os cargos gerenciais estão divididos em quatro grupos: Beta (estratégico), Sigma (estratégico-tático),

Ômega (tático-operacional) e Gama (operacional).

O projeto, que se encontra na 5ª etapa, correspondente ao programa “SuperVocê”, tem como alvo a participação de duzentos gerentes do projeto piloto. Nessa fase, os participantes, por meio de um método prático e eficiente, podem conhecer melhor os pontos que precisam aperfeiçoar, de acordo com o perfil do cargo ou função que ocupam e o que desejam alcançar.

O Diretor da Direh afirmou que “o programa SuperVocê é uma grande oportunidade para os servidores que almejam o seu desenvolvimento pessoal e profissional, uma vez que o servidor passa a ter um plano individual de aperfeiçoamento, direcionando suas energias para a sua melhoria profissional”.

As dinâmicas são aplicadas pela equipe técnica do CJF, com a supervisão de consultores de uma empresa contratada e com o apoio do TRF e da SJ/DF. O SuperVocê já constituiu algumas turmas no CJF, e, desde o mês de maio, nas instalações do TRF, novas turmas estão sendo formadas.



A Turma ficou muito satisfeita com as dinâmicas realizadas

Novos empossados

O Presidente do Tribunal Aloísio Palmeira empossou, no dia 19 de maio, no Salão Nobre, os seguintes servidores:

- Vinícius Mendonça Carvalho, no cargo de assessor judiciário da Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida;
- Mariana Silva de Assis, no cargo de diretora da Divisão de Registro, atuação e distribuição da Secretaria Judiciária;
- Maria do Carmo Cezário Corrêa, no cargo de diretora da Divisão de Legislação de Pessoal da Secre;
- Marcus Paulo Peixoto Mendes, cargo efetivo de técnico judiciário.

Estiveram presentes à solenidade Desembargadores Federais, o Diretor-Geral, o Secretário-Geral, além de dirigentes e servidores.



O Presidente Aloísio Palmeira, o Diretor-Geral, o Secretário-Geral e empossados



Investimento em equipamentos e recursos humanos foi indispensável para ampliar a divulgação da Justiça Federal

Mais visibilidade para a Justiça Federal da Primeira Região

O Sistema Integrado de Divulgação Jornalística do Tribunal Regional Federal da 1ª Região é responsável pela produção de programas veiculados na TV Justiça (*relação de canais no site www.tvjjustica.gov.br*) e na TV Destaque, canal interno do Tribunal. Na área de televisão, o sistema conta com profissionais especializados na cobertura do Judiciário. São jornalistas, repórteres cinematográficos, apresentadores e editores. Entre os programas produzidos estão o **Fórum**, com formato de entrevista, **Lições de Direito**, mais didático e voltado para o esclarecimento de termos jurídicos, e **Momento Jurídico**, que valoriza as idéias e opiniões de desembargadores e juízes federais acerca de temas relevantes do Direito. Entre os assuntos abordados nos últimos meses, destaque para a Reforma do Judiciário, Direito Autoral, Competência da Justiça Federal, Liberdade dos Meios de Comunicação, Conflitos Agrários e Terras Indígenas. O Poder Controlador das Agências Reguladoras também foi tema de um dos programas, o “Fórum” veiculado em fevereiro. O programa de entrevistas do TRF na TV Justiça vai ao ar nas sextas-feiras, às 22h, com reapresentação nas terças-feiras, às 07h. A Produção Normativa do Poder Executivo foi outro assunto que chamou bastante atenção no programa Fórum que contou com a participação do Desembargador Federal Leomar Amorim, empossado em 2004, no TRF da 1ª Região. Os outros programas produzidos pelo setor de televisão do Sistema Integrado de Divulgação Jornalística vão ao ar na programação da TV Justiça na qualidade de interprogramas. O resultado do trabalho da equipe pode ser acompanhado também pelo computador, por

meio da TV Destaque, disponível na Internet. O endereço é www.trf1.gov.br/setoriais/comunicacao. Além da produção de programas, o TRF conta com equipes de reportagem responsáveis pela cobertura de eventos realizados pela Justiça Federal, como a instalação de novas varas. Essas equipes colhem as entrevistas e imagens, que são transformadas em matérias para o Jornal da Justiça 1ª Edição ou Jornal da Justiça, que vão ao ar de segunda a sexta-feira, às 12h e 19h, na TV Justiça. O Tribunal conta também com uma equipe que produz reportagens especiais para o programa Via Legal, exibido pela TV Justiça e pela TV Cultura, e com a Rádio Destaque, uma espécie de circuito interno, que pode ser acessado também pelo computador, com as informações sobre os acontecimentos do Tribunal, entrevista e programação musical diária. A estrutura do sistema integrado também permite a montagem de reportagens para a Rádio Justiça, inaugurada recentemente pelo Supremo Tribunal Federal.

Mais visibilidade para o trabalho da Justiça Federal – Com a implantação do Sistema Integrado de Divulgação Jornalística, em 2003, a 1ª Região encontrou mais facilidade na divulgação de suas realizações. Tanto a comunicação interna e institucional como a divulgação externa do trabalho da Justiça foram ampliadas, graças aos investimentos em equipamentos e recursos humanos. A estrutura montada no 2º subsolo do Ed. Anexo I do TRF em Brasília segue uma tendência que está sendo registrada em tribunais de todos os estados, preocupados com a imagem e divulgação de seus feitos.



O Centelha 1 pode salvá-lo

Por meio do convênio estabelecido entre o TRF-1ª Região e o Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal, foi criado, há dois anos, pela Unidade de Segurança, o “Centelha 1”. Esse ramal foi concebido para servir de instrumento facilitador no complexo sistema de segurança predial neste Tribunal.

Trata-se de um recurso tecnológico na área de telefonia que possibilita a programação de um número (representado por um símbolo #1) que, uma vez digitado, vincula ao receptor (central de segurança) a identificação de uma chamada de emergência. Idealizado como ferramenta principal na comunicação de emergência, com ampla divulgação quando da sua implantação, o “Centelha 1” recebe chamadas para os mais diversos tipos de ocorrência.

A utilização do ramal de emergência “Centelha 1” possibilita um pronto atendimento do Setor de Segurança que, ao receber a chamada, faz uma rápida triagem do tipo de ocorrência que está sendo registrada, de modo a mobilizar os recursos humanos e instrumentos adequados à natureza daquela ocorrência.

Desde sua implantação, as chamadas mais registradas no ramal de emergência referem-se a pessoas presas em elevadores. Em segundo lugar estão as ocorrências de mal súbito tanto no



interior como nas imediações do Tribunal. Os demais casos são uma variação entre suspeitas de vazamento de gases tóxicos, queima de material inflamável e disparos acidentais no sistema automático de alarmes de incêndio.

Operacionalmente, o “Centelha 1” funciona de forma ininterrupta durante todos os dias, sendo que, das 7h às 19h, o ramal é recepcionado na Central de Segurança do Setseg e, das 19h às 7h, no Destacamento Avançado do Corpo de Bombeiros sediado neste Tribunal.

Visando a um contínuo processo de divulgação, o Serviço de Segurança, por meio dos seus agentes de segurança e bombeiros militares, periodicamente distribui etiquetas auto-adesivas do “Centelha 1” para serem fixadas nos aparelhos de telefone. Paralelamente a esse trabalho, cartazes localizados nas áreas de grande circulação e matérias jornalísticas estão sempre orientando para utilização desse importante Serviço de Emergência.

Treinamento para recarga de extintores

Todos os anos, o Serviço de Segurança aproveita o período de recarga dos extintores de incêndio do TRF-1ª Região para proporcionar aos que se interessem um exercício prático envolvendo a utilização dos diversos tipos de extintores utilizados pelo Tribunal.

Esse treinamento consiste em reunir um número determinado de pessoas (magistrados, servidores, estagiários e terceirizados) para se deslocarem com equipes do Serviço de Segurança a um quartel do Corpo de Bombeiros e executarem, sob supervisão de militares graduados, várias técnicas de emprego do extintor de incêndio em cenário real, isto é, em local próprio para queima de produtos inflamáveis.

“Com esta iniciativa e com a participação das pessoas interessadas, pouco a pouco estamos nos capacitando a lidar com situações adversas, vivenciadas não só no trabalho, mas em casa ou em qualquer lugar que estejamos” (Agnaldo Dias de Souza, Supervisor do Setor de Segurança)



Assejufe realiza mais dois eventos de integração e lazer para os associados

Recentemente, a Associação dos Servidores da Justiça Federal (Assejufe) realizou dois eventos de integração e lazer para os servidores, associados, do Tribunal e da Seção Judiciária do DF e seus dependentes, proporcionando-lhes momentos de descontração e harmonia com os colegas de trabalho e com a família.

A Assejufe tem como objetivo, além de representar os interesses de seus associados perante o Tribunal e demais órgãos da administração pública e privada, promover-lhes a integração e prestar-lhes, direta ou complementarmen- te, assistência recreativa, cultural, esportiva, social, à saúde, educacional e jurídica. Confira os dois últimos eventos.

No dia 26 de junho, a Associação promoveu a festa junina. Veja cobertura completa na próxima edição.

Festa em homenagem às mães

Mais de 250 convidados estiveram na festa realizada pela Assejufe em homenagem às mães, na noite de 28 de maio. O evento foi organizado para os associados e aconteceu no clube Cassab, em decorrência da reforma do salão de festas do Centrejufe.

O variado cardápio, servido ao som de muita música, agradou a todos. A *Adriana Buffet*, contratada pela Associação, ofereceu aos presentes de camarão e refrigerantes.

A mamãe Luzinete Reis considerou a comemoração um charme e afirma que gostaria de ser convidada sempre para os eventos da Associação. “É uma festa bem familiar e que proporciona aos presentes alegria e descontração”, concluiu.

A festa das mães é realizada todos os anos pela Assejufe, no mês de maio.



As mães Luzinete Reis e Terezinha Paulino não querem mais perder nenhum evento promovido pela Associação

Aula de ginástica sobre o lago Paranoá

Cerca de 40 associados da Assejufe e dependentes maiores de 18 anos puderam praticar atividade física no lago Paranoá, a bordo do barco Netuno II, em passeio que durou quatro horas, na manhã do dia 6.

O *Spinning in boat* foi organizado pela Associação dos Servidores da Justiça Federal (Assejufe), com apoio de patrocinadores, e realizado em parceria com os professores de Educação Física Adriana Melo, André Torres, Misael de Alencar e com a Academia Água Vida.

Foram ministradas duas aulas de *spinning*, atividade aeróbica sobre bicicleta ergométrica que simula uma trilha natural. Du-

rante o trajeto do barco, houve duas paradas em local apropriado para nado e foram servidos lanches, incluindo bebida isotônica.

Os professores não se cansavam de falar frases de estímulo aos participantes, lembrando-lhes o momento de integração, pedindo concentração nos exercícios e na natureza.

Ao término do evento, que teve a cobertura das TVs Brasília, Globo e Jornal de Brasília, os participantes demonstraram satisfação e pediram mais eventos como esse.

O servidor Nilton Alvarenga, do Tribunal, afirmou: “Corpo sadio, mente sadia. Atividades assim são sempre bem-vindas”. E agradeceu, depois, a iniciativa da Associação: “Parabéns pelo evento adequado ao fim a que se propõe”, finalizou.

Servidores do Tribunal, da Seção Judiciária do DF e suas famílias tiveram a oportunidade de, em contato com a natureza, integrarem-se, unindo lazer e atividade física.

Segundo a presidência, a vice-presidência e a diretoria da Associação, o evento atingiu o objetivo para o qual foi realizado. O presidente Fernando de Mendonça Melo, ainda, promete: “Eventos semelhantes acontecerão”.



Associados vivem manhã de lazer e malhação



Presidente Aloísio Palmeira e Vice-Presidente Mário César Ribeiro cortam bolo comemorativo em homenagem aos três anos das Turmas Suplementares

Turmas Suplementares comemoram terceiro aniversário



Magistrados prestigiam aniversário das Turmas



Boa vontade resume o espírito de equipe das Turmas Suplementares

Uma solenidade comemorou, no dia 25 de maio, o aniversário de três anos das Turmas Suplementares do TRF-1ª Região. Com tão pouca idade, as Turmas têm muito que celebrar: dos 40.000 processos recebidos desde sua implantação, em março de 2001, foram julgados e publicados aproximadamente 35.000.

Durante a comemoração, o orgulho e a alegria de toda a equipe das Turmas, integrada por nove juízes federais convocados, 40 servidores, 40 prestadores de serviços e 48 estagiários, deram um colorido especial à Secretaria de Coordenação das Turmas, enfeitada para a ocasião com balões e flores que destacavam. Numa mesa, um bolo especialmente decorado com o símbolo do TRF-1ª Região.

O Juiz Convocado para a 2ª Turma, Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes, abriu a solenidade agradecendo o apoio da Casa durante esses três anos; depois, lembrou aos presentes com grande satisfação que o reconhecimento ao trabalho desempenhado pelas Turmas Suplementares significa a elevação do nome do Tribunal junto aos cidadãos que dele necessitam.

Na oportunidade, o Presidente Aloísio Palmeira proferiu um breve discurso e referiu-se às Turmas como “crianças”, devido à pouca idade, mas fez questão de ressaltar a maturidade com que os trabalhos têm sido desenvolvidos. Ao final, convidou a todos para celebrar “o renascimento de uma nova mentalidade no Tribunal”, afirmou.

Após um caloroso “parabéns a você”, um farto coquetel encerrou a solenidade, que contou com a participação do Vice-Presidente da Corte, Desembargador Federal Mário César Ribeiro, de juízes federais, dirigentes, servidores e demais convidados.

Esforço concentrado

As Turmas Suplementares foram instituídas pela resolução n. 5 de 21.03.2001, com a finalidade de atuarem, em regime de esforço concentrado no TRF-1ª Região, no julgamento dos processos distribuídos no período de 1989 a 1999.

São nove juízes distribuídos em três Turmas. A 1ª e a 2ª Turma julgam matéria previdenciária e de servidor público, e a 3ª Turma possui competência para julgar os demais feitos.

A presidência de cada uma das Turmas é exercida por um desembargador federal, em rodízio mensal, escolhido por sorteio.

Para viabilizar o funcionamento das Turmas Suplementares foram criados a Central Executiva (Cenex) e o Gabinete Execu-

tivo (Gabex), que funcionam de forma única e integrada, dando o necessário apoio às Turmas julgadoras.

Os processos são enviados para as Turmas Suplementares diretamente pelos gabinetes dos desembargadores federais. Na Secretaria das Turmas, os processos são atribuídos aos juízes federais convocados, que procedem de acordo com as normas processuais e regimentais.

Atualmente, as Turmas Suplementares possuem cerca de 9.600 processos, estando perto de atingir a meta estabelecida pelo Tribunal, que é o julgamento de todo o acervo do período atribuído.

1ª Turma Suplementar

- Presidente: **Desembargadora Federal Assusete Magalhães**
- Juiz Federal João Carlos Mayer Soares
- Juiz Federal Manoel José Ferreira Nunes
- Juiz Federal Antônio Cláudio Macedo da Silva



2ª Turma Suplementar

- Presidente: **Desembargador Federal Cândido Ribeiro** (na foto substituído pelo magistrado Tourinho Neto)
- Juiz Federal Miguel Angelo de Alvarenga Lopes
- Juiz Federal Gilda Sigmaringa Seixas
- Juiz Federal Carlos Alberto Simões de Tomaz

3ª Turma Suplementar

- Presidente: **Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso**
- Juiz Federal Wilson Alves de Souza
- Juiz Federal Leão Aparecido Alves
- Juiz Federal Vallisney de Souza Oliveira





Tarde solidária

Preocupado em levar cidadania e solidariedade aos mais carentes; no mês de maio, o TRF-1ª Região realizou a campanha “Mãe Solidária”, cujo objetivo principal foi o de arrecadar o maior número de doações possível.

Tarefa cumprida; no dia 29 de maio, sábado, as crianças dos orfanatos Criamar, localizado na Ceilândia, e Casa de Moisés, em Águas Lindas, foram presenteadas com as doações e tiveram uma tarde diferente. Um grupo de voluntários organizado pelo PGQVT

coordenou oficinas de balão, pinturas no rosto e trabalhos com massinha.

O evento faz parte do projeto “Tribunal Solidário”, coordenado pelo Comitê de Responsabilidade Social. Na ocasião estiveram presentes a Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti, acompanhada por seus filhos; Teresa Cristina César Ribeiro, esposa do Vice-Presidente da Casa, Mário César Ribeiro; o Secretário-Geral Paulo Cardoso; e uma coordenadora do projeto, Nádia Santana.

“Acho importante que eles conheçam de perto a realidade dessas crianças. Na essência, elas são todas iguais, o que as separa é a diferença sócio-econômica. Quando estão juntas, as crianças brincam da mesma forma; esse é o valor real das coisas: a amizade, a solidariedade e a brincadeira”, disse a Desembargadora Federal Maria Isabel Galotti.

Ao final da tarde, as crianças saborearam um delicioso lanche preparado pelos voluntários do PGQVT.

Sintetizando a opinião de todos, o Secretário-Geral Paulo Cardoso ressaltou: “Não poderia haver melhor oportunidade que esta para integrar os nossos servidores com a sociedade.”



Campanha “Mãe Solidária” leva alegria às crianças

Gente em Destaque

Em nome da arte

Paixão pela arte. O servidor da Diseg Gláucio Braga escreve, compõe músicas, poema e prepara-se para lançar um livro.

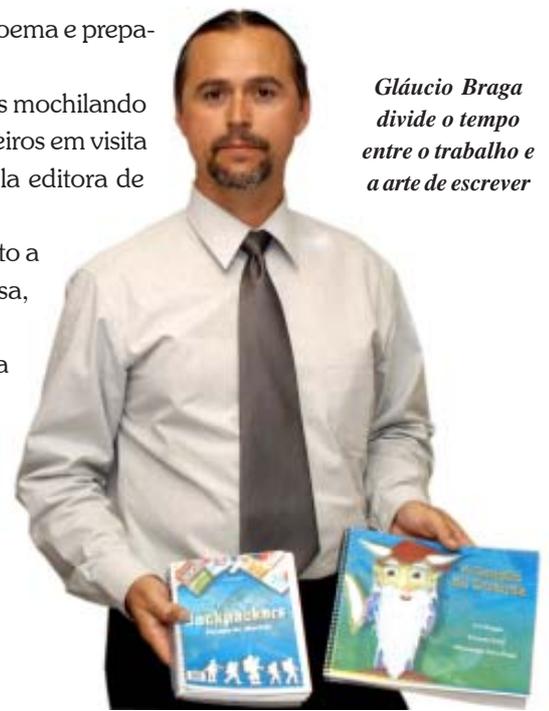
Gláucio lançará seu primeiro romance, intitulado “Backpackers – Dois brasileiros mochilando pela Europa”. O livro conta as viagens, aventuras e descobertas de dois jovens brasileiros em visita à Europa. A previsão é que o lançamento ocorra no próximo mês de agosto, pela editora de Brasília LGE.

Outro livro que Gláucio pretende lançar em breve é “A canção do duende”, escrito a partir de uma música feita por ele. O livro infantil conta com a parceria de sua esposa, Karuena Nava, e de seu filho Muassampê Nava Braga.

Trabalhando no Tribunal há três anos, o servidor já participou dos concursos para escolha da Logomarca de Auxiliar de Brigadista e da Logomarca do PGQVT, ocupando a segunda colocação em ambos os concursos.

Também poeta, o servidor teve o poema “Mistério” inscrito no Concurso Nacional de Poesias em Angra dos Reis.

Para explicar seu grande envolvimento com a arte em diversas categorias, Gláucio afirma: “Eu gosto de criar coisas novas, de bolar idéias”.



Gláucio Braga divide o tempo entre o trabalho e a arte de escrever



O amor está no ar

Aproveitando o clima de romantismo deixado pelo Dia dos Namorados, a revista Destaque Mensal abre espaço para quatro casais que se conheceram no Tribunal contarem as suas histórias. Relacionamentos amorosos entre colegas de trabalho são mais comuns do que muita gente imagina. Geralmente no ambiente de trabalho, as pessoas passam a maior parte do tempo juntas e isso as torna mais próximas. Esse tipo de relacionamento pode ter muitos pontos a favor, mas se mal administrado pode acabar com uma carreira. O casal tem de seguir algumas condutas para poder tirar o máximo proveito da situação e não misturar vida profissional e pessoal. Segundo a Psicóloga Nádia Barbosa da Cruz Santana, “O adequado ajuste entre proximidade e distância é importante para a estabilidade do relacionamento conjugal. A convivência entre os parceiros, bem como o aumento da intimidade e a troca de informações, vão contribuir para se criar uma identidade de casal”. Nádia atenta ainda para o fato de que a manutenção de um amor se deve a uma conquista diária. “Para que haja um verdadeiro encontro entre o casal é imprescindível que a pessoa cuide de si mesma e do vínculo com o outro. O amor não vem gratuitamente, é uma conquista diária”.

O site www.sabido.com.br elaborou um manual de boas condutas para casais que dividem o mesmo ambiente de trabalho. Algumas dicas como evitar beijos e abraços durante o horário de trabalho, não resolver problemas particulares na empresa, discricção e, em casos de brigas ou rupturas, não deixar que isso afete na relação profissional com a pessoa e sobretudo na sua produtividade, são válidas quando se deseja êxito no trabalho e no amor.

Alguns casais que se conheceram no Tribunal relatam suas histórias de amor e provam que é possível encontrar a cara-metade no ambiente de trabalho.



“Conheci a Solange quando trabalhávamos na taquigrafia, e apenas um vidro nos separava. Começamos a sair depois do expediente com amigos em comum e nos tornamos namorados. No ano de 1998 nos casamos e, há exatamente 33 dias, nasceu o maior fruto da nossa união, nosso filho Bernardo.”

Antônio Magnaldo Timo (supervisor de produção de audiovisual)

Solange Mota Timo (revisora da Taquigrafia)



“Comecei a trabalhar no Tribunal em 1989 e, em 1990, conheci a Fábria. Um fato interessante sobre a nossa história é que anos antes eu havia estudado com a irmã da Fábria no Ceub e notei a semelhança entre as duas. Isso colaborou para que nós dois nos aproximássemos. Em 1991 nos casamos e, hoje, temos uma filha com 11 anos de idade.”

Matuzalém dos Santos (técnico judiciário)
Fábria de Barros (técnica judiciária)



“Eu e o Deusimar nos conhecemos no Tribunal no ano de 1990. Por diversas vezes, pegávamos carona com colegas para irmos à Faculdade. Em dezembro de 1991, começamos a namorar e, em 30 de julho de 1992, nos casamos. Temos três filhas: Luísa (11 anos), Victória (9 anos) e Gabriela (8 anos).”

José Deusimar Pimenta (Diretor de Divisão da 2ª Turma)

Sandra Pimenta (Coordenadora da Cenex – Turmas Suplementares)



“A minha história com a Ju teve início com o meu deslocamento do 2º subsolo para a Ascom em virtude da reforma do estúdio de rádio e TV. Isso nos fez ficar mais próximos e, entre um sorriso e outro, nos tornamos grandes amigos. Mas, com tantas coisas em comum, percebemos que a amizade apenas não bastava e desejávamos fazer planos juntos. Decidimos então namorar.”

Luiz Augusto Cals (prestador de serviço)
Juliana Corrêa (estagiária)

“O encontro de duas personalidades é como o contato de duas substâncias químicas: se houver reação, as duas são transformadas.”



C.G. Jung



Justiça Federal facilita a vida do mutuário na realização do sonho da casa própria



Milhares de mutuários da Caixa Econômica buscam uma solução para o problema do financiamento da casa própria. Só na Justiça Federal do DF são cerca de 21.500 contratos em discussão. Um projeto de conciliação tem ajudado muita gente a pagar sua dívida.

O objetivo do projeto é facilitar a vida do mutuário na renegociação do saldo devedor do imóvel financiado pela Caixa Econômica Federal e recuperar os contratos mal estruturados que dão prejuízo ao poder público. Em alguns casos, as dívidas chegam a ser quatro vezes o valor do imóvel.

A atuação da Justiça Federal começa quando uma perícia judicial avalia a casa ou apartamento em questão sem levar em conta as benfeitorias do imóvel. Depois é marcada uma audiência para que a Caixa Econômica apresente uma proposta ao mutuário. É dada prioridade aos contratos assinados até 1994.

Em alguns casos, o valor da dívida pode ser reduzido em até oitenta por cento e ainda ser refinanciado em parcelas que podem chegar a até 180 meses com juros de oito por cento ao ano. O mutuário originário ou o cessionário (gaveteiro) pode, inclusive, utilizar recursos do FGTS, sendo necessária uma entrada de 10%.

Se o pagamento da dívida for à vista, o desconto pode chegar a 18% do valor da proposta de refinanciamento. Outra vantagem do projeto de conciliação é a oportunidade para que os chamados contratos de gaveta sejam regularizados junto à CEF.

A iniciativa de implementar o serviço na Justiça Federal da 1ª Região partiu do Juiz Federal Osmane Antônio dos Santos, da 3ª Vara, em parceria com o Juiz Rodrigo Navarro de Oliveira, da 2ª Vara, ambos da Seção Judiciária do DF. Devido ao sucesso que o projeto vem obtendo, outras varas do DF e de outros estados estão realizando as audiências de conciliação. Segundo o Juiz Osmane, o resultado das audiências tem sido muito positivo: “a maioria dos mutuários tem fechado propostas muito vantajosas com a Caixa Econômica”, afirmou o magistrado.



Juiz Federal substituto Osmane dos Santos em audiência de conciliação com advogados da Caixa e mutuário





Decisões do TRF-1ª Região

Concessionárias de rodovias federais no Paraná continuam operando

Suspensão do processo administrativo que visa declarar a caducidade dos contratos de concessão relativos à exploração de rodovias federais promovido pelo Estado do Paraná. A suspensão deverá prevalecer até julgamento do presente processo judicial, tendo em vista que a continuidade do processo de caducidade poderia causar transtornos à execução do serviço público.

De acordo com a decisão da Desembargadora Federal, Maria Isabel Gallotti, do TRF-1ª Região, se decretada administrativamente caducidade, conseqüências danosas podem vir a ocorrer, enquanto ao suspender temporariamente o processo de caducidade, a decisão da Desembargadora não impede que o processo administrativo possa vir a ser retomado caso a decisão judicial venha a autorizar. Observou igualmente a magistrada ser a União parte interessada no processo como bem colocou as Rodovias Integradas do Paraná, Viapar e demais concessionárias.

AG 2004.01.00.015050-0/DF

Obras do Metrô do Piauí continuam

As obras de ampliação do Metrô do Piauí, cerca de um quilômetro, para interligar a Estação Matinha e a Praça da Bandeira, executadas pela Companhia Metropolitana de Transporte Público, poderão continuar. A decisão unânime da Corte Especial do TRF-1ª Região, reunida no dia 03 de junho, esclareceu que há claro interesse público na continuidade da obra diante da finalidade social que ela representa, ao oferecer alternativa de transporte público mais barato e rápido.

Quanto à alegação do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Estado do Piauí, acatada por sentença de 1º grau, de que a continuidade das obras em sua concepção original, por certo, causaria prejuízos irreparáveis ao meio ambiente e ao patrimônio histórico cultural, foi contestada pelos desembargadores. Segundo os magistrados, faltou fundamentação em laudo técnico. De acordo com a decisão do Tribunal, as irregularidades na licença ambiental, apontadas pelo Ministério Público, foram sanadas em princípio, já que a retomada das obras, depois de paralisadas anteriormente por decisão judicial, aconteceu em decorrência de nova licença ambiental, o que faz presumir-se que a nova licença tenha sanado as irregularidades anteriormente verificadas. Os desembargadores explicaram, ademais, que a construção de linhas e estações de metrô exige alto dispêndio, sua paralisação seria nociva à ordem e à economia pública.

SS 2003.01.00.041422-6/PI

Pais idosos carentes vão ser indenizados por morte de filho

Família de menor que veio a falecer por negligência no atendimento da emergência de hospital público de Goiânia receberá valores correspondentes a dano material e dano moral. A decisão da 5ª Turma do TRF-1ª Região estabeleceu o valor de cinquenta mil reais por danos morais e concordou com a sentença da 1ª instância que havia estabelecido, por danos materiais, prestação mensal correspondente a 2/3 do salário-mínimo, a contar da data do óbito até a data em que a vítima iria completar 25 anos, e, a partir daí, a 1/3 do salário-mínimo até a data em que a vítima iria completar 65 anos, se os beneficiários ainda viverem.

O menor de 14 anos, filho de pais idosos e carentes, trabalhava informalmente, empurrando carrinho de compras. O adolescente veio a falecer depois de uma queda que ocasionou traumatismo craniano não diagnosticado pelo atendimento de emergência feito pelo Hospital de Clínicas de Goiânia. Mandado para casa, o menor veio a apresentar, poucas horas depois, hemorragia, seguida de coma e morte.

No julgamento do Conselho Regional de Medicina/GO ficou estabelecido que o exame clínico fora superficial e incompleto, caracterizando imperícia/negligência.

Assim, a Universidade Federal de Goiás foi condenada às indenizações.

AC 2001.35.00.005578-6/GO

Outros releases disponíveis em www.trf1.gov.br – Setoriais – Comunicação Social – Notícias:

- Adiamento de teste físico não obsta nomeação para Polícia Federal
- Atraso na matrícula não invalidará ingresso de aluno no curso de medicina
- Aluno poderá frequentar dois cursos na Universidade Federal
- Município de Pindaí continuará recebendo menos
- Proventos de aposentados mantidos sem incidência da contribuição previdenciária
- Valores de mercadoria importada aguardam em juízo
- TRF-1ª Região promove campanha para ajudar crianças carentes
- Embratel tem direito a se beneficiar dos mesmos descontos



A partir desta edição, a revista Destaque ampliou o espaço destinado a divulgar os acontecimentos importantes das Seções e das Subseções Judiciárias. Serão três páginas para as Seções e uma para as Subseções.

O objetivo é publicar notas dos 14 estados, incluindo-se as sete Subseções, a menos que não haja envio de notícias. Nesse caso, abriremos espaço para uma nota a mais de outro estado.

Posse dos novos diretores

Amazonas

O Conselho de Administração do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, na votação da sessão de 15/04/2004, elegeu, para o cargo de Diretor do Foro da Seção Judiciária do Amazonas, a Juíza Federal Maria Lúcia Gomes de Souza, que irá administrar a Seção Judiciária por um ano. A solenidade de transmissão do cargo ocorreu no dia 07 de maio, às 16h, no plenário da Seccional. Na ocasião, a Juíza Federal Jaiza Maria Pinto Fraxe, que até então estava à frente da Diref, foi homenageada pelos servidores e juizes da Seccional.

A nova Diretora do Foro, Maria Lúcia Gomes de Souza, ingressou na Justiça Federal em 20 de setembro de 1993 e se titularizou-se na 3ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas, em 08 de novembro de 1996.

Bahia



Autoridades na solenidade de posse da nova Diretora

O Presidente Aloísio Palmeira participou, no dia 17 de maio, em Salvador/BA, da posse da Juíza Federal Mônica Neves Aguiar da Silva como Diretora do Foro da Seção Judiciária da Bahia. Ela sucede o Juiz Federal Evandro Reimão dos Reis. Além do Presidente do Tribunal, os Desembargadores Federais Olindo Menezes, Antônio Ezequiel, Selene de Almeida e Antônio Sávio estiveram no evento para prestigiar a nova Diretora do Foro.

A Juíza Federal Mônica Neves Aguiar da Silva assumiu as novas funções com a intenção de levar a Justiça Federal aos mais necessitados. Durante seu mandato, ela pretende realizar audiências itinerantes de Juizados Federais, conseguir apoio para implantar varas no interior do estado e iniciar a construção da sede dos Juizados no terreno de 30.000 m² doado pelo Governo do Estado à União. A escritura do terreno foi assinada durante a solenidade de posse pelo Secretário de Governo Rui Tourinho e pelo Presidente do TRF da 1ª Região, Aloísio Palmeira.

Durante a solenidade também foi lançado o terceiro número da Revista Jurídica da Seccional.

Distrito Federal



O Presidente do Tribunal e a nova Diretora do Foro

O Presidente Aloísio Palmeira participou, dia 12 de maio, da solenidade de posse da Juíza Federal Isa Tânia Cantão Barão Pessoa da Costa como Diretora do Foro da Seção Judiciária do DF, que substituirá o Juiz Federal Hamilton de Sá Dantas. Estiveram presentes, entre outras autoridades, os Desembargadores Federais Olindo Menezes, Antônio Sávio e Daniel Paes Ribeiro.

Maranhão

A virtualização dos Juizados Especiais Federais está entre os principais projetos da nova diretoria do Foro da Seção Judiciária do Maranhão, que tomou posse no dia 14 de maio, em São Luís/MA. A Juíza Federal Maria Clemência Almada Lima Ângelo assumiu a administração em solenidade presidida pelo Vice-Presidente do TRF-1ª Região, Mário César Ribeiro, na ocasião, representando a Presidência da Corte. O Desembargador Federal Leomar Amorim e o Diretor-Geral Alcides Diniz também prestigiaram a nova Diretora, que assumiu o compromisso de dar continuidade ao trabalho de seus antecessores, além de intensificar os JEFs itinerantes no interior do estado e realizar duas grandes obras, que são a construção da Sede da Subseção Judiciária de Imperatriz e a instalação da Vara Federal de Caxias, entre outras metas de modernização administrativa. O cargo foi transmitido pelo Juiz Federal José Carlos do Vale Madeira, que, por um período que iniciou em fevereiro, substituiu a Juíza Rosimayre Gonçalves de Carvalho na Diretoria do Foro.



Vice-Presidente ao lado da empossada

s das Seções Judiciárias

Minas Gerais

O Presidente Aloísio Palmeira esteve, no dia 11 de maio, em Belo Horizonte, para participar da cerimônia de posse do novo Diretor do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, Juiz Federal Renato Martins Prates. Eleito pelo Conselho de Administração do TRF da 1ª Região, em 15 de abril, o novo Diretor do Foro substituirá o Juiz Federal Francisco de Assis Betti, que volta a exercer suas funções na 9ª Vara Criminal. A solenidade de posse foi bastante prestigiada com a presença de diversas autoridades do estado. Também compareceram ao evento os Ministros Sebastião dos Reis e Adhemar Maciel, a Corregedora-Geral Assusete Magalhães e os Desembargadores Federais Jirair Aram Meguerian, Amílcar Machado, Luiz Gonzaga Barbosa Moreira e Antônio Sávio de Oliveira Chaves.



Presidente Aloísio Palmeira ladeado pelo Juiz Federal Francisco de Assis Betti (à esquerda) e Juiz Federal Renato Martins Prates, novo Diretor do Foro (à direita).

Piauí



Autoridades em solenidade de posse

O Juiz Federal da 4ª Vara, Clodomir Sebastião Reis, assumiu, no último dia 14 de maio, às 10 horas, na sede da Justiça Federal/PI, em solenidade de transmissão de cargo, a Direção do Foro da Justiça Federal no Piauí.

O magistrado, eleito pelo Conselho de Administração do TRF-1ª Região em 15 de abril, sucede o Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho (titular da 1ª Vara), que muito contribuiu para a proximidade da Justiça Federal com outras instituições e com a sociedade, conseguindo no seu mandato a instalação da 6ª Vara Federal, que abriga o Juizado Especial Federal no Piauí.

A solenidade de posse foi bastante prestigiada com a presença de diversas autoridades piauienses.

Roraima

Em solenidade ocorrida no dia 11 de maio, no auditório Araceli Souto Maior, o Juiz Federal da 3ª Vara Federal de Roraima, Grigório Carlos dos Santos, tomou posse no cargo de Diretor do Foro da seccional, em substituição ao Juiz Federal substituto Helder Girão Barreto.

Em seu discurso, o Juiz Grigório disse que manterá o bom nível dos serviços, assim como continuará a estimular, como seu antecessor, o entrosamento no quadro funcional, com os eventos mensais de confraternização já tradicionais na casa.

Foto: Fernando Quintella



Empossado Grigório Carlos dos Santos

Mato Grosso

Foto: Alessandro Araújo - Seinf/MT



Autoridades na solenidade de posse

O Juiz Federal Julier Sebastião da Silva, que ocupou a Direção do Foro em Mato Grosso no período maio de 97 a julho de 99, entrou novamente em exercício no cargo, no último dia 3 de maio. A Solenidade de posse contou com a presença de muitas autoridades civis, militares e servidores e ocorreu no dia 6, na sede do Juizado Especial Federal.

O Juiz Julier é Presidente da Turma Recursal do Juizado Especial e Diretor da Revista *Judice*, aliás, seu criador no ano de 1998. Ele ocupa agora a Direção do Foro, com a incumbência de terminar a construção da sede da Seccional e instalar as três primeiras Varas Federais no interior do Estado.

Já recebeu diversas moções de congratulações, louvor, aplausos pelos relevantes serviços prestados aos jurisdicionados do seu Estado.

Já recebeu diversas moções de congratulações, louvor, aplausos pelos relevantes serviços prestados aos jurisdicionados do seu Estado.

Após a solenidade de posse, foi servido um coquetel patrocinado pelo Banco do Brasil e organizado pela Seção de Comunicação Social.



Seções Judiciárias

Tocantins

Seccional tem “Dia Caipira Federá”

O PGQVT e a Diretoria do Foro da Seccional de Tocantins realizaram, no dia 21 de junho de 2004, o “DIA CAIPIRA FEDERÁ”. O hall de entrada da Seccional ganhou decoração junina, e foram distribuídos aos jurisdicionados, durante o decorrer do dia, pipoca, amendoim e outros quitutes. À tarde, alunos da 1ª série do Colégio Marista de Palmas apresentaram dança “Catira” e, logo após, foi servida comida tipicamente junina, pamonha, caldos, pés-de-moleque, pipoca, amendoim, mané pelado, chá de gengibre e outros, para todos os presentes. Vários servidores vieram caracterizados e foi realizada a eleição da caipira “máarrumada”, que teve como vencedora a servidora Ana Iris Ribeiro Lima, que recebeu da presidente do PGQVT/TO, Romilda Bueno, brinde oferecido pelo “O Boticário”.



Servidores caracterizados para a comemoração junina

Goiás

Nova sala da Ordem dos Advogados

Foi inaugurada, no dia 28/06/2004, às 16h, na sede da Justiça Federal Seção Judiciária de Goiás a nova sala da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Goiás, que está mais ampla e tem o intuito de atender melhor aos advogados e seus clientes. Também foram inaugurados o Centro de Informação e Assistência, que tem por objetivo atender ao público em geral, que procura o órgão e funcionará com mão-de-obra voluntária, oferecida por instituição de ensino conveniada com a Justiça Federal e o Espaço de Desenvolvimento de Recursos Humanos e Promoção à Saúde, que vem a atender a demanda dos servidores, no sentido de terem um local voltado para a melhoria da qualidade de vida e do trabalho.

Amapá

Festa Junina

A festa junina da Seccional amapaense foi realizada no dia 26, a partir das 20h, na sede campestre da Associação dos Servidores do TER. O ineditismo do folguedo ficou por conta da participação dos servidores da Justiça do Trabalho e da Justiça Eleitoral, capitaneados pelas respectivas associações e sindicato. A folgança foi regada a muito forró, comidas típicas, desfile, quadrilha, fogueira. O evento foi um sucesso.

Pará

Certidões eletrônicas

A Seção Judiciária do Pará passou a emitir certidões negativas por meio de sua página na internet. Portaria nesse sentido foi assinada pelo juiz federal diretor do Foro, Silvio Coimbra Mourthè, para “simplificar os atos judiciais e possibilitar que sejam praticados por meios virtuais, acessíveis para grande parte dos jurisdicionados” A emissão do documento só será possível aos jurisdicionados que não estejam sendo processados perante a Seccional ou as Subseções de Santarém e Marabá. Se a consulta *on line* registrar que o interessado ou qualquer homônimo seu responde a algum processo, será preciso comparecer pessoalmente à Justiça Federal. Para ter acesso à certidão *on line*, basta entrar no site da Justiça Federal do Pará (www.pa.trf1.gov.br) e seguir os procedimentos.

Subseções Judiciárias

Marabá/AM

Coordenador toma posse

O Juiz Federal Substituto Francisco de Assis Garcês Castro Júnior foi empossado como Coordenador da Subseção de Marabá, no Pará, no dia 14 maio.

Tabatinga/AM

Homenagem a juíza federal

No dia 28, em sessão do Conselho da Justiça Federal, a Juíza Federal Fabíola Bernardi, falecida no dia 14 de maio em acidente aéreo, foi homenageada quando seu nome foi dado à sala de sessões da Turma de Uniformização Nacional dos Juizados Especiais Federais.

Santarém/PA

Homenagens de despedida

O Juiz Federal Substituto Fabiano Verli juntamente com os servidores e terceirizados da Subseção Judiciária de Santarém/PA, prestaram grande homenagem de despedida ao Juiz Federal Nelson Loureiro dos Santos no dia 02/07/2004, na sede da Subseção, em face de sua remoção para a 7ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão. Após pronunciamentos de congratulações pela sua remoção e de agradecimentos pela

sua gestão empreendedora à frente da Subseção, Nelson Loureiro recebeu várias lembranças. Foi também homenageada a senhora Eliza Takahashi dos Santos, esposa do Juiz, com um lindo buquê de flores de crisântemos, especialmente encomendado.

Nelson Loureiro atuou na Subseção de Santarém desde agosto de 2001 como titular da Vara Única e desde janeiro/2002 como Juiz Coordenador da Subseção, implantando no período várias medidas objetivando o aprimoramento do serviço, dentre elas reuniões rotineiras com todos os servidores para discussão e solução das dificuldades que se apresentavam no dia-a-dia.



Uberlândia/MG

Cinco anos de instalação

Foram comemorados no dia 14 de maio de 2004, em sua sala de audiências, os cinco anos de instalação da 3ª Vara Federal. O evento contou com a presença dos servidores, dos estagiários, da Juíza Federal Substituta Lana Lígia Gallatti, da Diretora de Secretaria Rosenélia da Rocha Bonfim, do Juiz Federal Substituto da 2ª Vara, José Humberto Ferreira, e dos Procuradores da República Cléber Eustáquio Neves e Leonardo Augusto Santos Melo, além de contar com a presença dos servidores do setor administrativo da Subseção. Na ocasião foram proferidos dois discursos, pela Juíza Federal Lana Gallatti e pela Diretora Rosenélia, nos quais se fez um agradecimento aos servidores por seu empenho e foi incentivada a continuidade da boa prestação dos serviços jurisdicionais. Ainda em discurso se relatou o histórico da 3ª Vara, destacando-se os pontos positivos. Foi entregue um cartão e uma rosa a cada servidor com reconhecimentos pela boa atuação de cada um e, ainda, servido um bolo com champanhe.

Foto: Carlos Humberto Rodrigues



Servidores brindam em homenagem ao aniversário da Subseção

Juiz de Fora/MG

Qualidade de vida no trabalho

Colocando em prática os ensinamentos adquiridos nos cursos promovidos pelo PGQVT- Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho, realizados na Subseção de Juiz de Fora, no final do ano passado, os servidores implementaram diversas modificações estéticas nas Varas Federais, pintando quadros, redecorando as mesas e paredes. O colorido realçou o ambiente, tornando mais agradável o tempo de convívio no trabalho e a paisagem ficou mais suave com a colocação de vasos de plantas ornamentais. O bom humor dos servidores se refletiu em cada detalhe criado com carinho e que partiu da idéia coletiva de se implementar uma melhoria real na qualidade de vida.

Decisões das Seções Judiciárias

Indenização paga por desapropriação não será via precatório

Em autos de desapropriação indireta promovida pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Doncs), o Juiz Federal da 1ª Vara, Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, decidiu pela não-submissão do pagamento da indenização via precatório. Argumentou que “a supremacia da ordem jurídica positiva constitucional não permite que atos administrativos, sobretudo quando implementados *manu militari*, se oponham às garantias insertas na ordem fundamental.”

Assim, de acordo com a decisão, “se o legislador constituinte, com o fito de preservar a situação do expropriado, garantiu-lhe, dentre os direitos e garantias individuais, uma justa e PRÉVIA indenização em DINHEIRO, nos casos de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social (art. 5º, XXIV), a *contrario sensu*, maior direito detém o proprietário que já se encontrava despojado de sua propriedade, não podendo, sob pena de frontal violação à norma substantivo do texto fundamental e à vontade manifestada pelo constituinte, ser submetido à tortuosa via do precatório. A garantia patrimonial é uma condição essencialmente constitucional, fazendo da indenização PRÉVIA um momento da fixação JUSTA.”



PIAUI

Critérios para definir os beneficiários dos descontos de tarifa de energia elétrica

O Juiz Federal Substituto da 14ª Vara do DF, Charles Renaud Frazão de Moraes, considerou os critérios da Aneel para definir os beneficiários que teriam direito aos descontos nas tarifas de energia elétrica desproporcionais e pouco razoáveis em face da realidade brasileira. As resoluções 694/2003 e 485/2002 da Aneel restringem o direito ao consumidor integrante da subclasse residencial “baixa renda”, cuja residência é servida por circuito monofásico, cujo consumo é inferior a 80 ou situado entre 80 e 220 kwh/mês (neste caso, pendente de outros critérios), que está inscrito no cadastro único para programas sociais do Governo Federal ou é beneficiário dos programas Bolsa Escola ou Bolsa Alimentação e cuja família tenha renda máxima *per capita* equivalente a meio salário-mínimo.

Entendeu o magistrado que a Aneel restringiu em demasia o grupo considerado de baixa renda, o que caracteriza perigo de dano de difícil reparação ao consumidor.

A decisão tomou sem efeito as resoluções no tocante às exigências de renda *per capita* máxima de meio salário-mínimo e inscrição prévia em algum programa social do Governo; deve ser mantida a exigência de circuito monofásico na residência e consumo mensal inferior a 200 Kwh/m.



DF

Brasileiro requer na Justiça brasileira indenização ao governo norte-americano

Brasileiro reivindica, junto à Justiça Federal de Minas Gerais, recompensa de 25.000.000 de dólares do governo americano por haver apontado o paradeiro do ex-ditador iraquiano, Saddam Hussein. O requerente se diz possuidor de visões de acontecimentos futuros, dom que lhe permitiu visualizar o paradeiro do ex-ditador e, portanto, enviar correspondência ao governo norte-americano, que segundo o brasileiro, contraiu obrigação a partir do momento em que prometeu recompensa a quem fornecesse informações.

O Juiz Federal Substituto da 5ª Vara de MG, Geraldo Magela e Silva Meneses, em sua decisão, diz que, apesar de ser do juízo federal a competência para processar e julgar as causas entre Estado estrangeiro e pessoa domiciliada ou residente no País, o caso em questão não condiz com o elenco de situações previstas no Código de Processo Civil brasileiro. Desta forma, o fim proposto não poderia ser demandado no Brasil. Acrescenta o Juiz que a Lei de Introdução ao Código Civil, que contém regras do Direito Internacional Privado, trata a manifestação unilateral de vontade, no caso, a promessa de recompensa, devendo ser regida no lugar em que fora constituída.



MINAS

Ansiedade e abuso de álcool

Estudos desenvolvidos nos últimos 20 anos têm de alguma forma contribuído para ampliar a nossa compreensão sobre o consumo abusivo de álcool e os transtornos de ansiedade. Descobertas recentes confirmam que pessoas com transtorno de pânico são mais suscetíveis ao abuso de álcool. Outros estudos sobre os distúrbios de ansiedade revelam a conexão entre o abuso de álcool, o estado e os traços da ansiedade ao longo do tempo.

Tanto a dependência de álcool quanto a ansiedade podem sofrer influência genética. Tem sido observado que o consumo prolongado de álcool de forma abusiva pode gerar disfunções e conflitos em diversas áreas de funcionamento psicossocial do usuário e essas alterações podem contribuir ou intensificar os sintomas ansiosos preexistentes ao consumo.

Na minha experiência clínica com usuários de álcool, tem sido comum o relato de que a bebida alcoólica reduz o sentimento de culpa, a tensão, a tristeza e a ansiedade. Contudo, os estudos comprovam que o uso de álcool altera o humor e vice-versa: assim, nenhum desses fatores necessariamente conduzem à síndrome alcoólica ou ao transtorno afetivo primário.

É certo que várias complicações clínicas e psiquiátricas estão associadas ao uso

agudo ou crônico de bebidas alcoólicas e que, apesar dos inúmeros riscos associados ao uso de álcool, tem sido observada a intensidade de seu consumo por diversas pessoas em todo o mundo, muitas vezes com propósitos sociais, religiosos, culturais e até mesmo medicinais.

Você sabia?

- Em muitos casos, a depressão e a ansiedade são induzidas pelo consumo de bebidas alcoólicas e que pessoas que apresentam sintomas depressivos e ansiosos estão mais propícias a desenvolver quadros de abuso de álcool.

- Muitos pacientes com diagnóstico de fobia ou transtorno do pânico fazem abuso de álcool como forma de “automedicação”.

- Os usuários crônicos de álcool são mais suscetíveis às tentativas de suicídio.

- Tanto o consumo de álcool como o de outras drogas podem desencadear o início do transtorno afetivo bipolar.

A relação entre os transtornos psiquiátricos e transtornos desencadeados pelo consumo de álcool é bastante complexa e resulta de uma soma de vários fatores e não tem causa específica, mas alguns fatores são considerados determinantes como:

fatores biológicos, psicológicos e socioculturais.

Quem sabe esta é a hora de aproveitarmos esse tema e pensarmos um pouco mais a respeito e reavaliarmos as nossas vidas.

Os tratamentos incluem a terapia medicamentosa, psicoterapia individual, em grupo, e grupos de auto-ajuda, no entanto, cada caso é um caso único e deve ser avaliado por um profissional especializado.



Maristela Aires da Fonseca

Encarregada do Setor de Assistência Psicológica



Novos credenciados pelo Pro-Social

Centro de Atendimento Ambulatorial Psiquiátrico Psicoterápico – Vida – presta serviços de assistência médica na área de psiquiatria, em caráter ambulatorial, e tratamento para portadores de transtornos psiquiátricos e dependentes químicos e familiares.

A clínica fica na SHCN CL, qd.111, bloco C, lojas 19 a 59 – Subsolo. O número para contato é 340-0408.

Observação: O atendimento será autorizado mediante emissão de “Ofício de Encaminhamento” pela Secretaria de Programas e Benefícios Sociais (Secbe).

KA Clínica de Psicologia – presta serviços de assistência psicológica.

A clínica fica na SGAS 902, conjunto B, entrada B, sala 228, Ed. Athenas. O número para contato é 223-7838.

Clínica Pródigest – presta serviços médicos, nas especialidades de cirurgia geral, cirurgia vídeo-laparoscópica, cirurgia do aparelho digestivo, gastroenterologia, proctologia, oncologia geral, cirurgia oncológica, prevenção ao câncer e endoscopia digestiva.

A clínica fica na SGAS 910, conjunto B, bloco F, salas 10 a 29, Mix Park Sul. O número para contato é 244-4638.

Instituto de Medicina Nuclear e Endocrinologia de Brasília – presta serviços especializados, compreendendo: medicina nuclear (exames de cintilografia), densitometria óssea, ecografia (*doppler*), endocrinologia, laboratório de hormônios, análises clínicas e

citopatologia.

A clínica fica na SHLS 716, Centro Clínico Sul, Torre I, conjunto “I”, bloco 01, consultórios T-121, T-123 e T-124, 1º subsolo. O número para contato é 245-2102.

Clínica Geral e Ortopédica Sudoeste – presta serviços de atendimento ambulatorial, cirúrgico, serviços auxiliares ao diagnóstico e serviços ambulatoriais de emergência compreendendo: ortopedia-traumatologia, radiologia, fisioterapia, gesso, cirurgia de pequeno porte e RPG.

A clínica fica na CLSW 303, bloco C, lojas 06/08 – Sudoeste. O número para contato é 341-1922.

Biocardios Instituto de Cardiologia Sociedade Simples – presta serviços médicos na especialidade de Cardiologia, compreendendo: atendimento ambulatorial/consulta, serviços auxiliares ao diagnóstico: (eletrocardiograma, ecocardiograma, mapa-monitorização ambulatorial de pressão alta, *holter* 24 horas, teste ergométrico com esteira).

A clínica fica na SEPS 709/909, conjunto “F”, consultórios 401 a 407, 411 a 414. O número para contato é 242-4080.

Clínica Sorria de Psicologia – presta serviços de assistência psicológica e fica na SCN, qd. 01, bloco “F”, n. 79, sala 416, Ed. América Office Tower. O número para contato é 327-9781.

Informações, pelo ramal 214, da Setabe.

Cursos

Nada mais adequado para a vida moderna nas cidades grandes do que poder atualizar-se em horários os mais diversos possíveis e sem depender tempo na locomoção. Assim, a Ascom veio a vocês, leitores, proporcionar este adendo em conforto, sugerindo uma atualização por cursos em vídeo, já que o problema da falta de tempo é crônico nas sociedades contemporâneas, mas precisa ser enfrentado.

A área de Direito Processual Penal tem oferecido uma gama de opções. Olhemos algumas delas:

Medidas Cautelares no Processo Penal. Curso introdutório, ministrado por Amilcar Siqueira, com duração de 113 minutos.

Habeas Corpus. O curso visa oferecer um histórico do HC no Brasil, sua natureza jurídica, cabimento na área penal. Outro ponto a ser levantado será o HC nas áreas civil e administrativa. Também será tratado o HC dentro da Constituição. Com duração de 113 minutos, o professor a ministrar o curso é Aldney Zacharias Peixoto.

Princípios Fundamentais do Processo Penal. Serão tratados os princípios da verdade real, da obrigatoriedade, da indisponibilidade, da oficialidade, da publicidade, do contraditório, da iniciativa das partes, da correlação, da identidade física do juiz, do devido processo legal, da presunção da inocência, do favor rei. Duração de 112 minutos, sendo César Teixeira Dias o mestre.

O Inquérito Policial. O curso apresenta noções introdutórias de persecução penal, espécies, finalidade, características, dinâmica, arquivamento, desarquivamento, valoração das provas, identificação datiloscópica, incomunicabilidade e juízo de instrução. A fita de 113 minutos é do professor William Douglas.

Jurisdição e competência no processo penal. O curso de 106 minutos do professor Marcello Granado levanta o histórico, as características e os princípios dessa competência. Explica a respeito da competência por distribuição e por prevenção, da competência por conexão e por continência e sobre o foro especial.

Secretaria de Programas e Benefícios Sociais - SECBE

Quadro II

Aplicação dos Recursos do Pro-Social por Benefícios

(Dados até 31/05/04)

R\$ 1,00

Benefícios	Valor		
	União	Recursos Próprios	Total
I - Despesas Área Social			
1 - Auxílio Alimentação	11.335.895,00		11.335.895,00
2 - Creche	1.645.092,00		1.645.092,00
3 - Auxílio Transporte	241.968,00		241.968,00
4 - Programa Qualidade de Vida		38.409,38	38.409,38
Subtotal I	13.222.955,00	38.409,38	13.261.364,38
II - Despesas Médicas			-
1 - Consultas	476.045,42	728.535,05	1.204.580,47
2 - Exames Laboratoriais	277.663,80	424.933,84	702.597,64
3 - Exames Radiológicos	255.464,78	390.960,70	646.425,48
4 - Internações	987.327,36	1.510.995,72	2.498.323,08
5 - Psicologia	159.269,08	243.743,78	403.012,86
6 - TFD	-	50.908,43	50.908,43
7 - Outras	685.350,36	1.048.853,20	1.734.203,56
Subtotal II	2.841.120,80	4.398.930,72	7.240.051,52
III - Despesas Odontológicas			-
1 - Dentisteria	200.495,81	306.836,75	507.332,56
2 - Prótese Dentária	241.722,54	369.929,71	611.652,25
3 - Periodontia	57.435,53	87.898,75	145.334,28
4 - Radiologia	46.512,21	71.181,81	117.694,02
5 - Endodontia	32.417,60	49.611,57	82.029,17
6 - Outras	103.947,74	159.080,56	263.028,30
Subtotal III	682.531,43	1.044.539,15	1.727.070,58
IV - Despesas Área Administrativa			-
1 - Fenaserjus	-	916.288,20	916.288,20
2 - Seguro de Vida	-	150.713,14	150.713,14
3 - Passagens e Hospedagem	-	36.785,71	36.785,71
4 - Outras	-	242.853,43	242.853,43
Subtotal IV	-	1.346.640,48	1.346.640,48
Total Geral	16.746.607,23	6.828.519,73	23.575.126,96

Fonte: DIVAF e SEPLA

obs:

Outras médicas: fisioterapia, fonoaudiologia, pequeno ato médico e cirúrgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia,

quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria, acupuntura.

Outras odontológicas: consulta, odontopediatria, cirurgia, prevenção.

Outras administrativas: medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras Aliança Unimed, manutenção de convênios, material de expediente, INSS autônomos.



Bem-me-querero

Informativo do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho da 1ª Região

Síndrome de Burn out

A chamada Síndrome de *Burn out* é definida como uma das conseqüências mais marcantes do estresse profissional e caracteriza-se por exaustão emocional, avaliação negativa de si mesmo, depressão e insensibilidade com relação a quase tudo e a todos (até como defesa emocional).

O termo *Burn out* é uma composição de *burn* (queima) e *out* (exterior), já que a pessoa com esse tipo de estresse se consome física e emocionalmente, passando a apresentar um comportamento agressivo e irritadiço.

A síndrome de *Burn out* foi pesquisada, originalmente, em profissões predominantemente relacionadas a um contato interpessoal mais exigente, tais como médicos, psicanalistas, carcereiros, assistentes sociais, comerciários, professores, atendentes públi-

cos, enfermeiros, funcionários de departamento pessoal, de *telemarketing* e bombeiros. Hoje, entretanto, as observações já se estendem a todos os profissionais que interagem com pessoas, cuidam delas ou solucionam seus problemas, que obedecem a técnicas e métodos mais exigentes, fazendo parte de organizações de trabalho submetidas a avaliações.

Os sintomas básicos dessa doença seriam, inicialmente, uma exaustão emocional onde a pessoa sente que não pode mais dar nada de si mesma. Em seguida, desenvolve sentimentos e atitudes muito negativas, como um certo cinismo na relação com as pessoas do seu trabalho e aparente insensibilidade afetiva. Finalmente, o *Burned out* faz manifestarem-se sentimentos de falta de realização pessoal no trabalho, afetando sobrema-

neira a eficiência e a habilidade para realização de tarefas e a capacidade de se adequar à organização.

Essa síndrome é o resultado do estresse emocional incrementado na interação com outras pessoas. Algo diferente do estresse genérico, a Síndrome de *Burn out* geralmente incorpora sentimentos de fracasso. Seus principais indicadores são: cansaço emocional, despersonalização e falta de realização pessoal.

Considera-se a Síndrome *Burn out* provável responsável pela desmotivação que sofrem os profissionais da saúde atualmente. Isso sugere a possibilidade de que essa síndrome esteja implicada nas elevadas taxas de absenteísmo ocupacional que apresentam esses profissionais. Segundo pesquisas, a epidemiologia da Síndrome de *Burn out* tem aspectos bastante curiosos: os primeiros anos da carreira profissional, por exemplo, seriam mais vulneráveis ao desenvolvimento da síndrome.

Há uma preponderância do transtorno nas mulheres, possivelmente devido à dupla carga de trabalho que concilia a prática profissional e a tarefa familiar. Com relação ao estado civil, tem-se associado a síndrome mais às pessoas sem parceiro estável.

Burn out

O que é?

É a condição mental caracterizada por exaustão profunda e perda de envolvimento.

Algumas das causas:

- tensão prolongada;
- repetidos desapontamentos;
- sobrecarga de trabalho;
- objetivos muito audaciosos e pouco factíveis, com recursos escassos.

Principais sintomas:

- acentuada fadiga física ou intelectual, emocional, social ou psicológica.

Algumas atitudes preventivas:

- controlar as horas extras e o excesso de trabalho;
- permitir um tempo para recuperação e descanso;
- ter expectativas e objetivos claros e bem definidos;
- manter o bom humor no trabalho;
- cuidar do corpo e da mente (sono, alimentação, exercício físico e relaxamento).



A partir deste mês, o Bem-me-querero, veículo informativo do PGQVT, vai trazer matérias especiais sobre qualidade de vida e trabalho e dicas culturais. Tudo isso com a intenção de oferecer mais informações de saúde e lazer aos leitores da Destaque.

Dicas Culturais

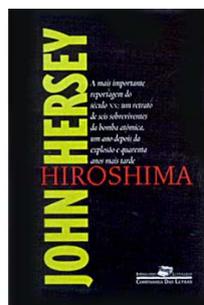
Livro: Hiroshima

Autor: John Hersey

Editora: Companhia das Letras

Sinopse:

O livro estreia a nova coleção de publicações de textos de jornalismo literário, trazendo a reportagem clássica de John Hersey sobre a bomba atômica que devastou a cidade de Hiroshima. Escrito um ano depois da explosão, faz um retrato de seis sobreviventes da tragédia histórica. Quarenta anos mais tarde, o repórter reencontra seus entrevistados.



CD: Eu me transformo em outras

Artista: Zélia Duncan

Gravadora: Universal Music

Sinopse:

O disco, baseado no *show* de mesmo nome, celebra os 21 anos de carreira de Zélia Duncan e é inteiramente composto por interpretações da cantora. Nesse álbum, a voz grave e suave de Zélia aparece em músicas de Dorival Caymmi (“Sábado em Copacabana”), Cartola (“Disfarça e chora”) e Pixinguinha (“Fala baixinho”). Outra faixa de destaque é “Jura secreta”, de Simone. Certamente, imperdível!

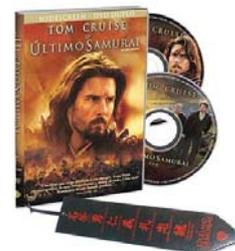


Vídeo e DVD: O Último Samurai

Diretor: Edward Zwick

Sinopse:

Nathan Algren (Tom Cruise) é um veterano da guerra civil americana que após a batalha vê seus ideais de honra, coragem e devoção ao seu país esfacelarem-se diante de um novo mundo mais pragmático e voltado aos interesses próprios. Katsumoto (Ken Watanabe) é o último líder de uma antiga linhagem de guerreiros conhecidos como samurais, que dedicavam suas vidas ao serviço do imperador e do país. Com a chegada da modernidade e o contato com o Ocidente, as tradições e a cultura japonesa foram rapidamente sendo destruídas. Ferrovias e telégrafos trouxeram o progresso com a mesma velocidade que destruíam os valores e códigos com os quais os samurais viveram por séculos. Mas Katsumoto não pretende ceder sem lutar. Em 1870, começo da era Meiji, o império japonês contrata o capitão Algren para treinar o exército e eliminar a resistência representada pelos samurais, de modo a preparar o país para um modo de vida mais ocidentalizado e comercialmente amigável. Fascinado pela dedicação e força com que os samurais lutavam por seus ideais, Algren vê um reflexo do homem que fora, pego entre duas eras e dois mundos diferentes, contando apenas com seu senso de honra para guiá-lo. Um filme eletrizante. Recebeu quatro indicações ao Oscar nas categorias de melhor ator coadjuvante (Ken Watanabe), melhor som, melhor direção de arte e melhor figurino.



Teste seus conhecimentos

Por Márcia Murça Barroso

O pronome relativo “cujo” serve para substituir um substantivo ou pronome substantivo antecedente – pertencente à oração principal em relação à oração onde o pronome se encontra – quando houver idéia de posse entre este termo antecedente (possuidor) e o subsequente (possuído), que apenas poderá ser um substantivo. Devemos respeitar a regência do verbo ou do nome existente na oração onde o pronome “cujo” se encontra ou a significação que a expressão formada por ele e seu subsequente transmite, empregando, antes do pronome relativo “cujo”, se exigida, a preposição adequada.

Após ler a definição acima e utilizando suas dicas ou as estratégias que por meio dela podemos criar, indique onde houve equívoco:

- Você limpou a sala por entre cujas cadeiras vi os papéis no chão?
- O memorando cujos nomes dos desembargadores se encontram com erros foi corrigido hoje.
- Ele somente conseguiu entender aquele cuja fórmula é pequena.
- O chefe recebeu um livro em cuja capa se colocou seu nome.
- O artigo cujo inciso se tenta interpretar nesta sessão foi revogado.



Juizados Especiais Federais A Justiça de todos



SECCIONAL	ENDEREÇO	TELEFONES	SECCIONAL	ENDEREÇO	TELEFONES
ACRE	BR 364 Km 02 Rua Ilmar Nascimento Galvão – AC 1º Andar CEP 69915-900	Juizado Especial Federal Cível e Criminal (4ª Vara) (68) 214-2000 (68) 214-2049 (68) 214-2018			
AMAPÁ	Av. FAB, nº 1374, Centro Macapá - AP CEP 68.906-005	Juizado Especial Federal Cível e Criminal (3ª Vara) (96) 214-1513 (96) 214-1536 (96) 214-1552	MARANHÃO	7ª Vara – Juizado Especial Federal Cível Av Senador Vitorino Freire, s/n, Anexo – Bairro Areinha São Luis – MA 1º e 2º JEF's Criminais Av. Senador Vitorino Freire, s/n, Bairro Areinha São Luis – MA CEP 65.025-470	Juizado Especial Federal Cível (7ª Vara) (98) 214-5700 (98) 214-5797 (98) 214-5790 1º Juizado Especial Federal Criminal (1ª Vara) (98) 214-5717 (98) 214-5777 2º Juizado Especial Federal Criminal (2ª Vara) (98) 214-5778 (98) 214-5722
AMAZONAS	Conjunto Celetramazon, Rua Celetra 02, casa 01 - Bairro Adrianópolis Manaus - AM CEP 69.057-300	Juizado Especial Federal Cível e Criminal (6ª Vara) (92) 214-5200 (92) 214-5201	MATO GROSSO	Av. Rubens de Mendonça, 2254, Ed. American Business Center Jardim Aclimação Cuiabá - MT CEP 78050-170	Juizado Especial Federal Cível e Criminal (6ª Vara) (65) 648-9512 (65) 648-9516 (65) 648-9513
	Rua Aires da Cunha, sem número Edifício da Justiça Federal Bairro Ibirapuera Tabatinga – AM CEP: 69640-000	Vara Única da Subseção Judiciária de Tabatinga (97) 412-4858			
BAHIA	Av. Ulysses Guimarães, 2631, Sussuarana Centro Administrativo da Bahia – Fórum Teixeira de Freitas Salvador – BA CEP 41.213-000	Juizado Especial Federal Cível (71) 372-9132 (71) 372-9137 (71) 372-9193 (71) 372-9131 1º Juizado Especial Federal Criminal (2ª Vara) (71) 372-2653 (71) 372-2760 2º Juizado Especial Federal Criminal (17ª Vara) (71) 372-2756 (71) 372-2765 -FAX	MINAS GERAIS	JEF Cível Rua Dias Adorno, 367, Santo Agostinho, Terceiro Andar, Belo Horizonte – MG, CEP 30190-100	Juizado Especial Federal Cível (2ª Vara) (31) 3335-1048 (31) 3335-2665 (31) 3335-2636 Juizado Especial Federal Cível (30ª Vara) (31) 3335-2650 (31) 3335-2651 (31) 3335-2628 Juizado Especial Federal Cível (31ª Vara) (31) 3335-1091 (31) 3335-1092 (31) 3335-1093 Juizado Especial Federal Cível (32ª Vara) (31) 3335-1048 (31) 3335-2665 (31) 3335-2636 1º Juizado Especial Federal Criminal (4ª Vara) (31) 3299-6363 (31) 3299-6550 2º Juizado Especial Federal Criminal (9ª Vara) (31) 3291-4634 (31) 3299-6411
DISTRITO FEDERAL	23ª e 24ª Varas – JEF's Cíveis Ed. FUNASA Setor de Autarquias Sul, Quadra 4, Bloco N, Lote 8 8º e 9º Andar Brasília – DF CEP 70.400-000 1º JEF Criminal Edifício-Sede II Setor de Autarquias Sul, Quadra 4, Bloco D, Lote 7, 9º Andar CEP: 70070-901 Brasília - DF	Juizado Especial Federal Cível (23ª Vara) (61) 325-1160 (61) 325-1169 (61) 325-1159 Juizado Especial Federal Cível (24ª Vara) (61) 325-8057 (61) 325-8058 (61) 352-8059 (61) 352-8060 1º Juizado Especial Federal Criminal (10ª Vara) (61) 315-6598 (61) 315-6590		1º e 2º JEF's Criminais Av. Álvares Cabral, nº 1805 Belo Horizonte - MG CEP: 30170-001	Juizado Especial Federal Cível (8ª Vara) (91) 4006-6216 (91) 2418351 - FAX 1º Juizado Especial Federal Criminal (3ª Vara) (91) 4006-6119 (91) 222-3774 – FAX 2º Juizado Especial Federal Criminal (4ª Vara) (91) 222-4710
GOIÁS	13ª Vara – Juizado Especial Cível e Criminais Rua 19, 244, Térreo, Centro Goiânia – GO CEP 74.030-090 JEF Destacado Av. Universitária, 1440 Setor Universitário Universidade Católica de Goiás Área IV, Bloco A CEP 74.605-010 Goiânia – GO	Juizado Especial Federal Cível (13ª Vara) (62) 226-1980 (62) 226-1986 (62) 226-2987 Juizado Especial Federal Cível Destacado - Universidade Católica (62) 546-8408 (62) 546-8406 (62) 227-1594 1º Juizado Especial Federal Criminal (5ª Vara) (62) 226-1989 2º Juizado Especial Federal Criminal (11ª Vara) (62) 226-1995	PARÁ	Rua Domingos Marreiros, 598, Umarizal Belém - PA CEP 66.055-210	Juizado Especial Federal Cível e Criminal (6ª Vara) (86) 215-1129 (86) 215-1156
			PIAUI	Praça Marechal Deodoro da Fonseca, nº 954, Centro Teresina – PI CEP 64.000-160	Juizado Especial Federal Cível e Criminal (4ª Vara) (69) 211-2487 (69) 211-2485 (69) 211-2482
			RORAIMA	Av. Getúlio Vargas, nº 3999 Bairro Canarinho Boa Vista – RR CEP 69.306-150	Juizado Especial Federal Cível e Criminal (3ª Vara) (95) 621-4254 (95) 621-4255 (95) 621-4257
			TOCANTINS	AANO 20, Conjunto 1, lotes 3 e 4, Centro Palmas – TO CEP 77.010-010	Juizado Especial Federal Cível e Criminal (63) 218-3883 (63) 218-3884 (63) 218-3800 (63) 218-3886

Fonte: Cojef